



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 140

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 07 DE DEZEMBRO DE 2005

ANO XXX

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PP

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Traiano
PMDB Antonio Anibelli
PP Cida Borghetti
PT Tadeu Veneri
PDT Barbosa Neto
PPS Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PMR Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cesar Seleme - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 08: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 03: Cida Borghetti - Duílio Genari - Miltinho Pupio; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PMR** - 01: Pastor Edson Praczyk

DIÁRIO Nº 140**SUMÁRIO****Mesa Executiva 02****Presenças 02****Abertura da Sessão 02****Expediente:**

Mensagens 03

Ofícios..... 04

Requerimentos 04

Projetos de Lei 07

Horário das Lideranças:**Liderança do PDT:**

Dep. Neivo Beraldin..... 12

Dep. Barbosa Neto 18

Liderança do PPS:

Dep. Ratinho Júnior 13

Liderança do PFL:

Dep. Plauto Miró Guimarães 15

Lider. do Bl. Parl. PTB/PL/PMR:

Dep. Jocelito Canto 16

Liderança do PT:

Dep. Tadeu Veneri 17

Liderança da Oposição:

Dep. Durval Amaral 19

Liderança do Governo:

Dep. Delegado Bradock 20

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 21

Discussão / Votação:

Redação Final..... 21

3ª Discussão 22

2ª Discussão 22

1ª Discussão 22

Discussão Única (Proposições). 26

Requerimentos 28

Encerramento da Sessão Ordinária..... 29

3

131ª SESSÃO ORDINÁRIA

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 131ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
07 DE DEZEMBRO DE 2005**

*(quarta-feira)***Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelos Srs. Deputados Marcos Isfer e Neivo Beraldin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Pastor Edson Praczyk, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, Luiz Accorsi, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri e Valdir Rossoni (41). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Ademar Traiano, Ângelo Vanhoni, Chico Noroeste, Dobrandino da Silva, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Miltinho Pupio e Waldir Leite (10); e em viagem representativa os Srs. Deputados: Reni Pereira, Hermes Fonseca e Rafael Greca (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Mensagens

MENSAGEM Nº 069/2005

Curitiba, 07 de dezembro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa. para ser apreciado por essa augusta Casa de Leis, o incluso anteprojeto de lei que dispõe sobre o pagamento de créditos tributários devidos em decorrência da legislação do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, lançados até 31 de dezembro de 2004, com dispensa de multa e juros, conforme especifica.

O plano de lei em referência, que consubstancia resultado de estudos feitos pela Secretaria de Estado da Fazenda, é de indiscutível interesse público, eis que virá incentivar a regularização de débitos tributários do referido IPVA, inscritos ou não em dívida ativa.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Os créditos tributários devidos em decorrência da legislação do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, lançados até 31 de dezembro de 2004, inscritos ou não em dívida ativa, poderão ser pagos até 31 de janeiro de 2006, com dispensa de multa e juros, mantida a correção monetária do imposto.

§ 1º Para quitação integral dos créditos tributários inscritos em dívida ativa e ajuizados, far-se-á necessário o pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, estes limitados a dois por cento do valor consolidado.

§ 2º O disposto neste artigo não enseja a restituição ou compensação de crédito tributário já extinto.

Art. 2º O Poder Executivo poderá prorrogar os prazos referidos nesta lei.

Art. 3º No prazo de até trinta dias contados da data da sua publicação, a presente lei será regulamentada por Decreto do Poder Executivo.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

Secretaria de Estado da Fazenda

Gabinete do Secretário

Ofício nº 402/2005 - GAB

Curitiba, 2 de dezembro de 2005.

Senhor Governador:

Segue, em anexo, minuta de anteprojeto de lei que incentiva a regularização de débitos tributários relativos ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, lançados até 31 de dezembro de 2004, inscritos ou não em dívida ativa, pela possibilidade de pagá-los com dispensa de multas e de juros, mantida a correção monetária.

Atenciosamente,

(a) HERON ARZUA

Secretário de Estado da Fazenda

ANTEPROJETO DE LEI

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Os créditos tributários devidos em decorrência da legislação do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, lançados até 31 de dezembro de 2004, inscritos ou não em dívida ativa, poderão ser pagos até 31 de dezembro de 2004, inscritos ou não em dívida ativa, poderão ser pagos até 31 de janeiro de 2006, com dispensa de multas e juros, mantida a correção monetária do imposto.

§ 1º Para quitação integral dos créditos tributários inscritos em dívida ativa e ajuizados, far-se-á necessário o pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, estes limitados a dois por cento do valor consolidado.

§ 2º O disposto neste artigo não enseja a restituição ou compensação de crédito tributário já extinto.

Art. 2º O Poder Executivo poderá prorrogar os prazos referidos nesta lei.

Art. 3º No prazo de até trinta dias contados da data de sua publicação, a presente lei será regulamentada por Decreto do Poder Executivo.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo em Curitiba, em de de 2005.

(aa) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

HERON ARZUA
Secretário de Estado da Fazenda
CAÍTO QUINTANA
Chefe da Casa Civil

JUSTIFICATIVA:

O presente anteprojeto de lei visa incentivar a regularização de créditos tributários relativos ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, lançados até 31 de dezembro de 2004, inscritos ou não em dívida, os quais poderão ser pagos com dispensa de multa e de juros, mantida a correção monetária sobre o imposto.

Ofício

OFÍCIO

Sob o nº DP 1023/2005, do Sr. Stênio Sales Jacob, Diretor-Presidente da Sanepar, encaminhando cópias do Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado em 13.09.2005 entre a Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, o Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar e a Secretaria de Estado da Educação - SEED e da respectiva publicação no Diário Oficial do Paraná. **Ao conhecimento da Casa.**

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 3965

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, regime de urgência para a Mensagem nº 068/2005, Projeto de Lei nº 772/2005, de autoria do Poder Executivo, visando incentivar a regularização de créditos tributários relativos ao ICMS, que especifica.

Sala das Sessões, em 07.12.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

REQUERIMENTO Nº 3960

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a votação em bloco dos itens 11, 12 e 13 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 07.12.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

REQUERIMENTO Nº 3962

Senhor Presidente:

O Deputado Tadeu Veneri, do Partido dos Trabalhadores, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, com base no artigo 158 do Regimento Interno desta Casa e, após aprovação do douto Plenário, a retirada de pauta por dez sessões do Projeto de Lei nº 601/2005, de sua autoria, anexado ao Projeto de Lei nº 547/2003, de autoria do Deputado José

Maria Ferreira, que regulamenta o artigo 2º da Constituição Estadual; item 08 da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 07.12.2005.

(a) TADEU VENERI

REQUERIMENTO Nº 3963

Senhor Presidente:

O Deputado Tadeu Veneri, Líder do Partido dos Trabalhadores, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, com base no artigo 158 do Regimento Interno desta Casa e, após aprovação do douto Plenário, a retirada de pauta por duas sessões do Projeto de Lei nº 486/2005, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, do PT, que dispõe sobre o limite máximo de alunos em salas de aula; item 09 da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 07.12.2005.

(a) TADEU VENERI

REQUERIMENTO Nº 3961

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a antecipação da Sessão Ordinária do dia 08 de dezembro (quinta-feira), para logo após o término da Sessão Ordinária e a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 07.12.2005.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 3942

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado para posteridade, na Ata dos trabalhos da Sessão Legislativa de hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Valdomiro Kimita, ocorrido no dia 05 do corrente no município de Paula Freitas.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 07.12.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 65 anos de idade, faleceu no último dia 05 de dezembro de 2005, o Sr. Valdomiro Kimita. Deixou viúva a Sra. Idalina Franco Kimita; deixou ainda, 03 filhos e 03 netos.

Seu passamento veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Parlamentar.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos, todavia, um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos parentes e amigos.

Rogamos ao Pai Celeste que nossos amigos, familiares de Valdomiro Kimita, encontrem na fé e na esperança o consolo necessário neste momento tão difícil.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Kimita, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 3946

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento de Dona Jandira Fernandes Amaral de Almeida, mãe da ex-primeira dama Débora Dias e sogra do Senador Álvaro Dias, ocorrido na data de ontem, aos 84 anos de idade, nesta cidade de Curitiba.

Dona Jandira sempre foi muito respeitada por toda comunidade paranaense. Esposa fiel do Sr. João Amaral de Almeida, já falecido, e mãe dedicada.

Esta Casa reverencia a memória desta extraordinária mulher, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada sinceras condolências, e que seja oficiado à família em Apucarana.

Sala das Sessões, em 07.12.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 3956

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento, aos 36 anos de idade, da Sra. Irene Gomes da Silva.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 07.12.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 3943

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Coronel Domingos Soares, pelo transcurso, no próximo dia 10 de dezembro, de seus nove anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência ao Exmo. Sr. Valdir Pereira Vaz, Prefeito Municipal, à Vice-Prefeita, Sra. Marly Bevilaqua Maito, bem como a todos os Srs. Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Coronel Domingos Soares.

Sala das Sessões, em 07.12.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A homenagem que através desta proposição queremos prestar ao município de Coronel Domingos Soares

por ocasião de mais um aniversário de emancipação política, será das mais expressivas pelo nosso reconhecimento ao trabalho desenvolvido em prol da grandeza de toda a região.

Nada mais confortante ao nosso espírito cívico e à nossa fé no Paraná que saudar efusivamente a população grandiosa de Coronel Domingos Soares na data magna da comemoração dos seus nove anos de emancipação política, cujos administradores de todos os tempos foram e são capazes de encarar a confiança de todos com a incrível segurança transmitida por uma longa e gloriosa tradição de serviços prestados.

Uma confiança temperada por inúmeras experiências em que os homens e mulheres dão a vida à administração municipal, puderam e podem testar com sucesso sua capacidade de resolver os problemas e vencer os desafios colocados por um município em permanente transformação.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, associa-se às homenagens devidas ao município de Coronel Domingos Soares no transcurso de seus nove anos, parabenizando a todos na data tão significativa.

REQUERIMENTO Nº 3944

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos à Câmara Municipal de Reserva, pela outorga do título de Cidadão Honorário de Reserva ao Padre Domingos Miguel Stareopravo.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência ao Exmo. Sr. Frederico Bitencourt Hornung, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito Alexio Lopata, e ao Exmo. Sr. Flávio Homung Neto, Presidente da Câmara Municipal, bem como a todos os Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentam a população de Reserva.

Sala das Sessões, em 07.12.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A presente indicação tem por escopo parabenizar a Câmara Municipal de Vereadores de Reserva, pela brilhante iniciativa de conceder título de Cidadão Honorário ao Padre Domingos Miguel Stareopravo. Justa homenagem prestada ao Reverendíssimo pelos relevantes serviços prestados ao município de Reserva, não só na área religiosa bem como à sociedade em geral.

O Poder Legislativo Municipal merece deste Parlamentar toda consideração e respeito, bem como o Poder Executivo que teve a grandeza de sancionar o referido projeto de lei, que concedeu o título de Cidadão Honorário ao Padre Domingos Miguel Stareopravo. Portanto, o povo de Reserva está de parabéns por ter escolhido tão

ilustres mandatários para representá-los nos próximos quatro anos.

REQUERIMENTO Nº 3945

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Irmão Dario Bortolini e seus companheiros da Associação Paranaense de Cultura Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Irmão Dario Bortolini, solicitando para que receba e transmita a todos os companheiros da Associação.

Sala das Sessões, em 07.12.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É para nós um dia de gala, este dia em que festejamos com a notícia da eleição e posse da nossa Reitoria da Associação Paranaense de Cultura Pontifícia Universidade Católica do Paraná. É também indeclinável dever honrar aqueles que por mérito fazem jus à admiração e à gratidão de seus semelhantes. Quanto mais quando se trata de alguém que por seus esforços tudo fizeram por uma sociedade da qual são membros eminentes.

E, para que não sejamos acoimados e esquecidos, estamos aqui na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná para prestar-lhes esta homenagem que, embora não corresponda à magnitude e ao brilho de seus méritos, servirá, todavia, para deixar registrado à posteridade, nos Anais da Assembléia Legislativa.

Ao Irmão Dario Bortolini e seus companheiros da Reitoria, da Associação Paranaense de Cultura Pontifícia Universidade Católica do Paraná, depositamos nossa confiança, na certeza que haverão de levar a bom termo a tarefa que lhes foi confiada.

REQUERIMENTO Nº 3950

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações pelo 53º aniversário do município de Cascavel, cujas festividades serão realizadas no período de 06 a 14 de dezembro de 2005.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao Prefeito Municipal de Cascavel, Sr. Lísias de Araújo Tomé e ao Presidente da Câmara Municipal, Vereador Juarez Berté.

Sala das Sessões, em 07.12.2005.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 3952

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, o registro nos Anais desta Casa, de votos de congratulações ao Diretor-Chefe do Parque Nacional do Iguaçu, Sr. Jorge Luiz Pegoraro, por atingir, nesta quarta-feira, a marca de um milhão de visitantes - um recorde histórico - o que reflete o excelente trabalho do Ibama na administração dessa importante unidade de conservação, além do empenho do *trade* turístico e dos governos estadual, municipal e federal, na divulgação e promoção de Foz do Iguaçu como um dos destinos mais conhecidos do Planeta.

Sala das Sessões, em 07.12.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O Diretor-Chefe do Parque Nacional do Iguaçu, Sr. Jorge Luiz Pegoraro, merece o nosso especial reconhecimento e os cumprimentos, por atingir nesta quarta-feira, a marca de um milhão de visitantes - um recorde histórico - o que reflete o excelente trabalho do Ibama na administração dessa importante unidade de conservação, parabenizamos a todos pelo empenho, dedicação e pelo profícuo trabalho que vem realizando em prol do município de Foz do Iguaçu.

REQUERIMENTO Nº 3937

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUEREM, envio de voto de louvor ao professor Dr. Carlos Augusto Moreira Júnior, pela homologação de seu nome ao cargo de Reitor da Universidade Federal do Paraná, feita pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Nestes termos, pedem deferimento, solicitando o envio do presente ao Reitor à Rua XV de Novembro, 1299 - CEP 80060-000 - Curitiba/PR.

Sala das Sessões, em 07.12.2005.

(aa) ELZA CORREIA

ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 3964

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem, mui respeitosamente REQUERER votos de louvor ao Sr. José Soavinski, pelo trabalho realizado em prol da comunidade.

Sala das Sessões, em 07.12.2005.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 3941

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Delegado Bradock, dirige-se a V. Exa. para REQUERER voto de aplauso ao Magnífico Reitor da Universidade Federal do Paraná, Dr. Carlos Moreira Júnior, pela vitória nas eleições da reitoria da UFPR.

Sala das Sessões, em 07.12.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

REQUERIMENTO Nº 3954

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de votos de regozijo ao Presidente Edson José Feltrin e membros da Diretoria da Femotiba (Federação Democrática das Associações de Moradores, Clubes de Mães, Entidades Benéficas e Sociais de Curitiba), pelos relevantes serviços prestados à comunidade curitibana.

Sala das Sessões, em 07.12.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 3951

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Moção de Apoio à cidade de Foz do Iguaçu, por receber nesta quarta-feira (7) seu milionésimo visitante e ultrapassar a marca de um milhão de visitantes em 2005.

Neste ano vão passar pelas catracas do Parque Nacional do Iguaçu cerca de 1.085.000 turistas - um recorde histórico desde que o Ibama começou contar as visitas em 1982.

Sala das Sessões, em 07.12.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A elevação do número de visitantes em Foz do Iguaçu deve-se, principalmente, ao empenho e à união de todos - governos federal, estadual e municipal, iniciativa privada, entidades ligadas ao turismo e pessoas ligadas ao setor - na divulgação e promoção de Foz do Iguaçu como um dos destinos mais conhecidos do planeta.

Vale destacar que o fluxo turístico estava em queda em 2002 quando o Parque Nacional do Iguaçu registrou 645.832 visitantes e que desde então, num esforço que envolve todos os setores do turismo, o parque então recebeu 765 mil turistas em 2003, 981 mil em 2004 e agora em 2005, deve ultrapassar os 1.085.000 visitantes - sua melhor marca histórica.

O aumento desse fluxo é fruto também do trabalho da Secretaria Estadual de Turismo e da Paraná Turismo - em parcerias e convênios com entidades e outros órgãos governamentais. Só neste ano, foram 32 eventos feiras de turismo - 11 internacionais e 21 nacionais. Esse trabalho transformou Foz do Iguaçu no principal ícone turístico do Paraná e uma das imagens brasileiras mais conhecidas do mundo.

REQUERIMENTO Nº 3955

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja remetido ofício ao Exmo. Dr. Milton Riquelme de Macedo, DD. Procurador Geral da Justiça do Estado do Paraná, pedido de providências jurídicas da

competência do Ministério Público, no sentido de abertura de inquérito e investigação sobre o falecimento da menor Bruna Franciele Teixeira, com cinco anos de idade, que residia no Bairro Preto, cujo óbito ocorreu no dia 28 de novembro de 2005 no Samu do município de São José dos Pinhais, devido ao descaso no tratamento da política de atendimento da saúde da população daquele município.

Esta providência é necessária, tendo em vista que outras ocorrências similares se repetiram anteriormente, e com descasos sérios na área da saúde de São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 07.12.2005.

(a) RATINHO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 3939

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente à Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, para agradecer a presteza e o empenho do Superintendente Dr. Enilto José dos Santos, que não envidou esforços no sentido de atender ao pleito desta Casa, quando de nosso pedido de estudo da lei sobre desconto progressivo de IPVA para beneficiar motoristas de boa conduta.

Sala das Sessões, em 07.12.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

Esta Casa encaminhou, através de nossa pessoa, pedido de cópia da lei sobre IPVA, da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, que concede desconto progressivo aos motoristas de boa conduta, que não tiverem infração de trânsito, a qual fomos pessoalmente a Porto Alegre, para ver, junto ao Presidente daquela Casa, a possibilidade de reedição em nosso Estado da citada lei, e tivemos, por parte do Superintendente daquela Casa, Sr. Enilto José dos Santos, um atendimento por demais cortês e eficaz ao nosso pleito, não envidando esforços para nos fornecer toda a documentação pertinente.

Isto exposto, vimos reiterar nosso mais profundo agradecimento ao Superintendente Enilto José dos Santos e sua equipe de trabalho.

Esta Casa encaminha voto de profundo agradecimento à equipe e que seja oficiado à Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

REQUERIMENTO Nº 3940

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente à Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, para agradecer a presteza e o empenho do Procurador Geral da Assembléia daquele estado, Dr. Fernando Guimarães Ferreira, que não envidou esforços no sentido de atender ao pleito desta Casa, enviando para nosso gabinete toda a

documentação pertinente à lei sobre desconto progressivo de IPVA para beneficiar motoristas de boa conduta.

Sala das Sessões, em 07.12.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

Esta Casa encaminhou, através de nossa pessoa, pedido de cópia da lei sobre IPVA, da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, que concede desconto progressivo aos motoristas de boa conduta, que não tiverem infração de trânsito, a qual fomos pessoalmente a Porto Alegre, para ver, junto ao Presidente daquela Casa, a possibilidade de reedição em nosso Estado da citada lei, e tivemos, por parte do Procurador Geral daquela Casa, Dr. Fernando Guimarães Ferreira, um atendimento por demais cortês e eficaz ao nosso pleito, não envidando esforços para nos fornecer toda a documentação pertinente.

Isto exposto, vimos reiterar nosso mais profundo agradecimento ao Procurador Geral, Dr. Fernando Guimarães Ferreira e sua equipe de trabalho. Esta Casa encaminha voto de profundo agradecimento à equipe e que seja oficiado à Procuradoria da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

REQUERIMENTO Nº 3967

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, à Secretaria Estadual da Administração e Previdência, a prestação de informações a este Poder Legislativo, quanto aos cargos ocupados ou funções exercidas pelo Sr. Acyr Mezzadri junto à Administração Pública Estadual, Direta e Indireta, nos últimos três anos e, também, no mesmo período, quantas passagens aéreas foram emitidas em nome do referido senhor, quantas diárias foram pagas ao mesmo, qual o destino e objetivo das respectivas viagens.

Solicitam, ainda, cópias dos correspondentes documentos.

Sala das Sessões, em 07.12.2005.

(aa) ELIO RUSCH, DURVAL AMARAL, JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI e BARBOSA NETO

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 773/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído no Estado do Paraná, o dia 06 de dezembro, como o Dia de Luta Contra o Câncer de Próstata.

Art. 2º Na data determinada nesta lei, o Poder Público, em cooperação com a iniciativa privada e com entidades civis, realizarão trabalho de esclarecimento,

exame e outras ações visando a redução dos índices de mortalidade em razão do câncer de próstata.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.12.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

O câncer de próstata é cercado de preconceitos e a população masculina sofre com a ausência de campanhas de conscientização.

O câncer de próstata é uma doença que pode surgir com o envelhecimento do homem, a partir dos quarenta anos. À medida que o homem vai envelhecendo, a incidência dessa doença vai aumentando.

Quanto mais cedo essa doença atinge o indivíduo, mais grave ela será. Quanto mais tarde se fizer o diagnóstico, mais difícil será a cura.

Nos Estados Unidos é o câncer mais diagnosticado em homens e a segunda causa principal de todas as mortes por câncer.

No Brasil, apesar das estatísticas não serem feitas, já caminha para a primeira causa.

A próstata é um pequeno órgão situado logo abaixo da bexiga, em forma de uma castanha portuguesa, atravessada pela uretra; só os homens a possuem e o seu desenvolvimento estimulado pela testosterona, o hormônio sexual masculino, produzido pelos testículos.

A próstata é um órgão glandular que produz uma substância que, juntamente com a secreção da vesícula seminal e os espermatozoides produzidos nos testículos, vai formar o sêmen ou esperma. Sem o líquido produzido pela próstata, os espermatozoides não viveriam até atingir o óvulo no momento da fecundação. Além de conferir proteção, contam alimentos para o espermatozoide, no deslocamento até o óvulo.

O indivíduo do sexo masculino, a partir dos quarenta anos, deve realizar o exame de toque retal pelo menos uma vez por ano. Nesse exame, o médico pesquisa o tamanho, consistência, pontos endurecidos dolorosos e mobilidade. O reto é a única via natural de acesso por ter sua parede intimamente ligada à próstata.

O grande problema é que os latinos, de um modo geral, têm grande preconceito com esse exame. No exército americano se dá tanta importância ao exame que o militar é obrigado a se submeter a partir dos 35 anos. Esse toque serve para se fazer o diagnóstico precoce do tumor, mesmo quando não há sintomatologia, o que, na maioria das vezes, após tratamento cirúrgico, leva à cura.

Em casos iniciais, isto é, quando o tumor ainda está na próstata, o tratamento é cirúrgico. Faz-se a retirada de toda a próstata, o que, na maioria das vezes, é curativo. Quando o tumor deixa a próstata, faz-se um tratamento à base de hormônios, chamado quimioterapia hormonal, com a finalidade de antagonizar os efeitos da testosterona. Em outros casos, pode-se fazer radioterapia, associada ou não aos outros tratamentos anteriores.

Os demais exames como ultra-sonografia e outros mais sofisticados ficam a critério médico, caso necessite de mais informações. Porém, é importante lembrar que o exame de toque retal é insubstituível.

PROJETO DE LEI Nº 774/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica proibida a pesca com o uso de arpões nas águas de domínio do território paranaense.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.12.2005.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Diversas e salutares ações vêm sendo implantadas pelo Governo do Paraná, objetivando a recuperação do meio ambiente, principalmente quanto à restauração das matas de proteção ciliar e à soltura de alevinos em nossos rios e córregos.

Acompanhamos o trabalho da Sema na construção do chamado corredor da biodiversidade.

Louvamos o trabalho dessa Secretaria e das suas autarquias, a Suderhsa e o IAP, diligentemente dirigidas pelos Srs. Darcy Deitos e Raska Rodrigues, nas execução de programas que oferecem o vislumbre de uma vida sadia para a gente paranaense, com uma visão direcionada para as gerações futuras.

A construção dos aterros sanitários eliminando o grave problema das cidades representado pelos lixões a céu aberto, e o recolhimento das embalagens de agrotóxicos, para o resguardo da saúde das populações rurais, do próprio solo e dos lençóis d'água, no subsolo ou superficiais, são projetos merecedores dos nossos cumprimentos.

No entanto, pescadores dos rios Paraná e Paranapanema, notadamente os moradores dos municípios de Terra Rica, Diamante do Norte, Marilena, São Pedro do Paraná, Porto Rico e Querência do Norte, reclamam do surgimento de um novo artifício predatório da fauna aquática; pescadores profissionais valem-se do uso de arpões para a caça e peixes de grande porte.

Essa prática mata os casais responsáveis pelo repovoamento dos nossos rios, anulando em parte, os esforços despendidos pelo Governo, e que são as principais justificativas do presente documento.

PROJETO DE LEI Nº 775/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Determina o plantio de árvores nas linhas secas divisórias de todas as propriedades agrícolas, a partir de todas as suas configurações, inclusive nas margens

de estradas, vicinais ou de domínio do Departamento de Estradas de Rodagem (DER) da Secretaria de Estado dos Transportes.

Art. 2º Todo e qualquer plantio, independente da sua natureza, ocupante da faixa de domínio do órgão no *caput* desta lei, será confiscado judicialmente e terá o resultado financeiro da sua colheita direcionado para o Programa do Voluntariado Paranaense, o Provopar.

Parágrafo único. Estabelece-se, para o cumprimento do exposto no *caput* desta lei, as proporções já estabelecidas pelos estudos desenvolvidos pelo Instituto Agrônomo do Paraná, o Iapar.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.12.2005.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Já existe legislação a respeito das matas ciliares, a que protege as margens dos nossos mananciais.

O documento proposto é resultante da simples observação de que os nossos proprietários rurais não atentam à necessidade da proteção dos seus terrenos quanto à velocidade dos ventos que ressecam o solo, à minimização dos efeitos de eventuais geadas e logicamente à diminuição do processo de erosão laminar e eólica.

As cercas convencionais de arame dividem propriedades, mas não impedem que a chuva e o vento nelas provoquem os seus estragos, facilitando processos erosivos e outros danos que comprometem o rendimento e valorização de todas elas.

A constituição de barreiras arbóreas protege diversos cultivos contra a ferrugem, contra nematóides e outras pragas e doenças infestativas ou contaminantes.

A formação desses quebra-ventos, sem dúvida alguma, reverterá em benefícios não imaginados pelos nossos agropecuaristas.

A constituição dessas verdadeiras muralhas verdes é baseada em trabalho desenvolvido pelo presidente norte-americano, Franklin Roosevelt, no início da década de 40, do século passado.

As muralhas verdes de Roosevelt protegeram o solo americano desde a fronteira do Texas até o Canadá, resultando em enorme crescimento da produtividade agrícola, numa linha territorial que definhava por causa dos ventos que ressecavam o solo.

PROJETO DE LEI Nº 776/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública a Apa - Associação de Proteção ao Autista, com sede e foro no município de Londrina do Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.12.2005.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção ao Autista foi criada em 1989, com o objetivo de promover a integração do autista na sociedade, de maneira a não ser rejeitado e nem discriminado, através do trabalho de conscientização da população.

A associação propõe-se a fornecer atendimento a autistas nas áreas neuromotora, psicológica, fisioterápica, fonoaudiológica, terapia ocupacional, psicopedagógica, serviço social, esportiva e de alfabetização; promover o bem-estar do indivíduo e da família em um atendimento conjunto; promover atendimento social nas áreas econômicas, educacionais e recreativas; promover a participação individual ou conjunta com outras instituições congêneres e do poder público no auxílio a um atendimento global do autista e família, realizando, para isso, estudos e divulgações sobre o problema do autista; e promover campanha de âmbito nacional de esclarecimentos sobre a realidade do autista.

Desta forma, esperamos o devido apoio e consequente aprovação a esta proposta de lei, que visa reconhecer publicamente o esforço e trabalho dessa entidade em favor da comunidade.

PROJETO DE LEI Nº 777/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Os veículos apreendidos ou sinistrados que se encontram nos pátios do Detran, das Ciretrans e Postos da Polícia Rodoviária Estadual, em todo o território do Estado do Paraná há mais de dezoito (18) meses, serão vendidos em leilão público.

Parágrafo único. O valor líquido arrecadado no leilão a que se refere o artigo 1º, será revertido 50% para a manutenção e aumento da frota da Polícia Rodoviária Estadual e 50% para os programas de Assistência Social do Governo do Estado.

Art. 2º O Governo do Estado regulamentará a presente lei no prazo máximo de noventa (90) dias.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.12.2005.

(a) LUIZ NISHIMORI

JUSTIFICATIVA:

Os pátios do Detran, das Ciretrans e Postos da Polícia Rodoviária Estadual do Estado do Paraná estão abarrotados de veículos sinistrados ou apreendidos, muitos deles em estado irreparável. Entre os veículos sinis-

trados, muitos deles não compensam ser reparados ou mesmo procurados novamente pelos seus proprietários.

Dos carros apreendidos, um grande número deles já ultrapassam o prazo de regularização de documentos ou são de valor tão pequeno que não compensa ao seu proprietário pagar as multas ou tributos para retirá-los de volta ao mercado.

Por essas razões os pátios estão cheios e ocupando um espaço enorme, em alguns deles até não há mais lugar para outros veículos.

Estes veículos expostos ao tempo podem, após chuva, acumular água em seu interior, contribuindo para a proliferação do mosquito transmissor da dengue.

Pretende este projeto de lei, dar um destino a esses veículos, regularizando a situação de suas vendas através de um leilão público.

Além disso, poderá representar um aumento de arrecadação que reverterá 50% para o aumento e manutenção da frota da Polícia Rodoviária Estadual, ou, mesmo, para que os demais 50% venham a ser aplicados nos programas sociais do Governo do Estado.

Por estas razões, peço o apoio dos demais Parlamentares, pela sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 778/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, ao Sr. José Lopes Rodrigues, residente no município de Goioerê.

Art. 2º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.12.2005.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

JUSTIFICATIVA:

Nascido na cidade de Colorado em 10 de agosto de 1956, o paranaense José Lopes Rodrigues alcançou importantes conquistas em sua vida pessoal, concluindo o curso de Educação Física pela Faculdade de Ciências Humanas de Marechal Cândido Rondon e duas pós-graduações em Educação, uma em Pedagogia Escolar pelo IBPEX/Facinter e outra em O Processo Ensino-Aprendizagem, uma Fundação Filosófica - Antropológica e Técnico-Pedagógico, pela Uniciar - União das Faculdades Claretianas, da cidade de Batatais, Estado de São Paulo. Em sua atividade profissional, exerceu diversas atividades de destaque, sempre na cidade de Goioerê, onde reside desde o ano de 1959, tendo sido Chefe do Núcleo Regional de Educação por duas vezes, nos períodos de 1997 a 1999 e 2001 a 2003.

Desportivo convicto, amante dos esportes coletivos, conseguiu destaque regional, estadual e nacional como atleta das seleções de handebol de seu município, onde foi campeão dos Jogos Abertos do Paraná de Bas-

quetebol, onde foi vice-campeão estadual, e como atleta da Seleção Paranaense de Basquetebol conquistou o título de campeão brasileiro universitário, nos jogos realizados na cidade de João Pessoa, na Paraíba. Na condição de técnico da Seleção Paranaense Feminina de Basquetebol Juvenil, conquistou os vice-campeonatos nacionais nos anos de 1983 e 1984, nos jogos realizados em Brasília-DF.

Iniciou carreira política no ano de 1988, sendo eleito Vereador em Goioerê para um primeiro mandato, entre 1988 a 1992, seguido de outros três mandatos conquistados para os períodos de 1993 a 1996, 1997 a 2000 e 2005 a 2009. Nesses mandatos de Vereador, presidiu a Câmara Municipal de Goioerê nos anos de 1995 e 1996, sendo o atual presidente daquele Legislativo para o período 2005/2006. Também presidiu a Acamdoze - Associação das Câmaras Municipais da Microrregião 12, nos períodos de 1996 a 1998, 1999 e 2000 a 2001, tendo, num desses mandatos, comandado a construção da sede própria da entidade.

PROJETO DE LEI Nº 779/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao jornalista Ivo Antônio Pegoraro, residente no município de Francisco Beltrão.

Art. 2º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.12.2005.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

JUSTIFICATIVA:

O gaúcho Ivo Antônio Pegoraro, a quem pretendemos homenagear com esta proposição de Cidadania Honorária do Estado do Paraná, é jornalista formado pela PUC/Curitiba, turma 75/77.

No ano de 1989, já na cidade de Francisco Beltrão, região sudoeste paranaense, transformou um sonho em realidade: fazer um jornal sério, competente e auto-sustentável numa região de pequenos municípios e relativamente de escassos recursos financeiros. Foi então que, em 1º de maio daquele ano (1989) circulou a primeira edição do Jornal de Beltrão, sob a direção de redação do nosso homenageado. Três anos e meio após essa data, sob sua iniciativa e coordenação, foi fundada a Editora Jornal de Beltrão, sob o regime jurídico de "S/A" - Sociedade Anônima, passando a gerir e administrar o órgão de imprensa fundado anteriormente.

Há um consenso na região sudoeste de que "a imprensa escrita regional divide-se em dois períodos: antes e depois do Jornal de Beltrão, ou JB como é popularmente conhecido". Ou também pode-se dizer: dois períodos no jornalismo regional: antes e depois de Ivo Pegoraro. Conforme depreende-se de seu currículo,

várias outras atividades foram e são desenvolvidas por esse riograndense de nascimento mas paranaense de coração, especialmente na área cultural como escritor/historiador e autor de peças de teatro, crônicas esportivas e outros do gênero.

Em vista disto e do muito mais que se pode relatar da história de vida pessoal, familiar e profissional de Ivo Antônio Pegoraro é que propomos a presente homenagem, contando com a aprovação dos nobres Pares e promulgação da lei que fará justiça ao nosso personagem do jornalismo sudoestino, Ivo Antônio Pegoraro.

CURRICULUN VITAE

Nome: Ivo Antônio Pegoraro

Profissão: Jornalista

Gaúcho de Lagoa Vermelha, nascido em 15 de março de 1953, filho do ex-seminarista Luiz Sílvio Pegoraro e da professora Idolina Bianchin Pegoraro, transferiu residência para a cidade de Realeza, Estado do Paraná, região Sudoeste, no ano de 1964. É filho primogênito de uma família de sete irmãos: Ivo, Luizinha, Nilo, Helena, Ana, Alberto e Marcos. Casado com a professora Irma Slongo Pegoraro, tem três filhos: Camila, Bruno e Adolfo.

Estagiou e iniciou a profissão no jornal Correio de Notícias em maio de 1977, onde permaneceu até janeiro de 1979, atuando nos setores de esporte amador e futebol. De março a agosto de 1979 exerceu a atividade de repórter do jornal Gazeta do Povo e redator da Rádio Capital. Transferiu residência para a cidade Francisco Beltrão em agosto de 1979 para atuar como assessor regional de comunicação da Emater-PR, função que exerceu até maio de 1992, período em que divulgou reportagens em jornais, rádios e emissoras de televisão.

Paralelamente à função profissional, em 1996 escreveu e publicou o romance "Mitos", que retrata a colonização do Sudoeste do Paraná nas décadas de 50, 60 e 70; no ano de 2000 publicou "O Último Dia de Marrecas", peça teatral sobre a criação e os primeiros tempos do município de Francisco Beltrão; no ano de 2003 publicou "Fiz a Anotei 2000 Gols", livro sobre as anotações pessoais em mais de vinte anos de prática do futebol como amador; no ano de 2002, em parceria com o jornalista Flávio César Pedron, publicou o livro "Legislativo Beltronense - 50 Anos de História".

Em 1989 fundou o Jornal de Beltrão, do qual foi diretor de redação desde sua primeira edição, que circulou em 1º de maio daquele ano. Em novembro de 1992, fundada a Editora Jornal de Beltrão S/A, assumiu a Presidência da mesma, função que exerce até os dias atuais.

PROJETO DE LEI Nº 780/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Sr. Luiz Lourenço.

Art. 2º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.12.2005.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei com o objetivo de homenagear o Dr. Luiz Lourenço que, sem dúvida, é um dos profissionais mais brilhantes de nosso Estado por sua relevante contribuição e luta para o desenvolvimento agrícola do Paraná.

Sua competência e prestígio como administrador excedem os limites dos municípios e do próprio Estado, tendo em vista seu sucesso há mais de quinze anos frente à Cocamar - Cooperativa Agroindustrial de Maringá, conceituada sociedade cooperativa de nosso Estado, e que agrega mais de seis mil produtores rurais associados.

Não há dúvida que o cooperativismo em todo o Estado do Paraná cumpre historicamente papel fundamental para o desenvolvimento de nossa agricultura e o progresso do país.

O sistema cooperativista tem como princípios básicos o interesse comum e a igualdade de direitos e deveres que norteiam esta sociedade, assim como a busca de novas técnicas para o crescimento do produtor, oferecendo melhores condições de vida aos seus cooperados, garantindo sucesso e respeitabilidade aos seus integrantes.

O Dr. Luiz Lourenço atua com raro brilhantismo e honestidade conduzindo e implantando projetos agroindustriais com reconhecida competência e determinação, e que vem consolidando o sistema cooperativista. Com seu carisma e simplicidade, torna-se merecedor de tamanha homenagem, pelos relevantes serviços prestados à sociedade, conforme demonstra seu vasto currículo.

PROJETO DE LEI Nº 781/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, ao Sr. Jonel Chede.

Art. 2º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.12.2005.

(a) NEIVO BERARDIN

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Fiz um apelo ao nobre Deputado Neivo Berardin, que iria utilizar o Horário da Liderança do seu Partido, para que não o fizesse, pois teremos hoje duas ou três Sessões.

Então, mando transcrever nas notas taquigráficas, o discurso que ele faria hoje neste plenário.

Liderança do PDT: Deputado Neivo Berardin

O SR. NEIVO BERARDIN (Transcrição)

“Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Em toda a minha caminhada política de quase 25 anos, tenho trabalhado fortemente pela questão da ecologia. Nessa estrada, pude ver uma grande evolução na maneira de pensar da nossa sociedade nesse aspecto, com a ecologia recebendo cada vez mais apoio dos homens públicos, da intelectualidade, do empresariado e da população em geral, mas muito desse apoio ainda permanece basicamente no campo da simpatia à causa, sem que haja um engajamento maior para interromper os danos que vêm sendo causados e para tentar reverter os prejuízos que a natureza já sofreu em tantos anos de exploração irresponsável.

A sociedade sabe da importância dessas ações e conhece os riscos que todos nós e as gerações futuras corremos se não assumirmos uma postura mais pró-ativa. Porém, isso tudo passa por uma mudança cultural, uma mudança de atitude que inclusive vai contra a filosofia do consumismo, que dominou o mundo no século passado e ainda domina o comportamento da nossa sociedade.

Acredito que a grande saída para essa mudança é trabalhar com a juventude, é incutir nas novas gerações a visão da importância de nos mobilizarmos já, pela conservação dos nossos recursos naturais.

Nesse aspecto, gostaria de destacar um fantástico exemplo, que é o programa Band Pé no Rio, da Rede Bandeirantes de Televisão. Um programa que tem envolvido nossos jovens na questão ambiental e, além da transformação das suas atitudes, tem também ajudado a mudar a realidade de alguns dos nossos rios mais ameaçados.

Na edição deste ano, o programa conseguiu mobilizar as equipes de jovens inscritas para promover a limpeza do rio Tarumã, que corta os bairros do Jardim Social, Bacacheri e Tarumã, aqui na capital paranaense. Um córrego de apenas 2800 metros, mas que corta uma região bastante populosa e que tem sido alvo do descaso das autoridades e da própria população há muito tempo.

Pois bem. Mobilizando as equipes de jovens universitários através de uma empolgante gincana, que envolve também competições, desafios intelectuais e provas de capacidade física, o programa conseguiu trabalhar com os moradores locais e reverter a maior parte do problema, convencendo as pessoas a regularizarem seus esgotos.

Esse belíssimo trabalho é um exemplo do que se pode fazer para mudar a realidade ao nosso redor e de como a informação e a motivação são as armas mais fortes na luta por um futuro melhor, pela qualidade de vida.

A Rede Bandeirantes de Televisão está prestes a lançar o desafio do Band Pé no Rio 2006, que será a terceira edição do programa. No próximo ano haverá mais maratonas ecológicas e mais competições envolvendo nossos jovens, inclusive com a participação de escolas

estaduais, cujos alunos integrarão as equipes universitárias.

O objetivo é manter essa cruzada ecológica e continuar mobilizando esses novos guerreiros do verde que, com certeza, farão com que as novas gerações tenham maior consciência do patrimônio que os recursos naturais representam.

Só podemos desejar que a Rede Bandeirantes tenha o mais absoluto sucesso com essa bela iniciativa e que outros meios de comunicação também empreendam ações nesse sentido, para que possamos sonhar com um mundo melhor, mais humano e em maior equilíbrio com a natureza.

E aos jovens que participam, doando seu tempo, seus esforços, seu idealismo e a sua paixão a essas atividades esportivas, culturais e ecológicas, desejamos que continuem se desenvolvendo como verdadeiros líderes do futuro, aqueles que levarão consigo a responsabilidade de construir essa nova realidade.

Parabéns à Rede Bandeirantes, parabéns aos jovens guerreiros ecológicos.

Muito obrigado.”

Liderança do PPS: Deputado Ratinho Júnior

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)
PPS, Deputado Ratinho Júnior.

O SR. RATINHO JÚNIOR

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Lamentavelmente temos que subir a esta tribuna para falar de um assunto triste. Triste principalmente para um pai e uma mãe, do município de São José dos Pinhais.

Neste final de semana, a Bruna, uma menininha de cinco anos, passou mal, os seus pais a levaram a um posto de saúde de emergência e, chegando lá, não tinha pediatra. Foram para outro posto e também não tinha atendimento e lamentavelmente, a Bruna, de cinco anos, acabou falecendo de sábado para domingo.

Hoje, está havendo um protesto na cidade de São José dos Pinhais, promovido pela sua professora, da escolinha onde ela estudava, pelos seus pais, justamente pedindo melhorias no caos que está a saúde no Município.

Estamos protocolando, Sr. Presidente, dois requerimentos para o Ministério Público do Estado do Paraná, pedindo que se investigue a falta de atendimento no caso da Bruna e, também, investigue-se o que está acontecendo na saúde.

São José dos Pinhais é a terceira arrecadação do Estado. Ela ganha de Foz do Iguaçu, Londrina e Cascavel. É o terceiro maior orçamento do nosso Estado, perdendo apenas para Curitiba e Araucária, e tem o pior sistema de saúde. Em São José dos Pinhais não há pronto-socorro; numa cidade de 350 mil habitantes, não temos UTI para criança e nem para adulto. Tem um Hos-

pital Municipal, que aquilo não pode se chamar hospital, que está num prédio há mais de 45 anos, no mesmo local, que não avança, não tem sala de emergência, não tem pronto-socorro, não tem UTI. Uma cidade que tem a terceira arrecadação do Estado!

Isso não é de agora, faz mais de cinco ou seis anos. Havia um hospital filantrópico, fechado a cerca de dois meses atrás. A imprensa inteira publicou, a Rede Globo, a Gazeta do Povo e hoje, o ex-Deputado Ricardo Chab estava mostrando o caos que está a saúde em São José dos Pinhais, em seu programa de televisão.

Não sabemos se é por má gerência do Município, ou se é por incapacidade. Até porque o dinheiro não é desculpa. Estamos vendo obras sendo feitas, tem dinheiro para publicidade, tem dinheiro para uma série de recursos. Agora, faltar médico numa cidade aonde tem a terceira maior arrecadação do Estado, não dá para entender!

Então, estamos protocolando esse pedido ao Ministério Público do Estado, para que investigue. Inclusive, vamos conversar com o Secretário da Saúde para tentarmos reabrir o Hospital São José, que não é o hospital do Município, mas como era o principal hospital filantrópico de lá, vamos tentar fazer um trabalho para que seja reaberto.

Veja, Deputado Scarpellini, Borda do Campo é um dos maiores bairros de São José dos Pinhais, fica perto da praça de pedágio. Então, o senhor imagine a distância para um pai e uma mãe, sem carro, levar uma criança até Curitiba, porque São José não tem atendimento. Olha só o trabalho, São José não tem posto de saúde para atender uma criança doente!

É lamentável! Alguma coisa tem que ser feita!

O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB) (Aparte)

Deputado, estou ouvindo as suas palavras, já recebi algumas informações no gabinete com relação à falta de atendimento médico, pronto atendimento, remédio, dentista, não tem nada. A saúde de São José dos Pinhais, pelas informações que temos, é um verdadeiro caos.

É lamentável que isso ocorra na cidade que tem uma das maiores arrecadações do Estado. Se fosse em Ortigueira, onde o IDH é o mais baixo do Estado do Paraná, porque, além de a população estar dispersa pela zona rural, maior parte é de analfabetos. Seria justificável até ver uma situação dessa, mas, numa população concentrada como é São José dos Pinhais, a reclamação por falta de creches, por falta de pré-escolas, de salas especiais, enfim, iluminação pública é uma outra questão que tem sido levantada. Lamentamos e queremos ser solidários a V. Exa., à família dessa criança e a todos aqueles que não têm tido um atendimento em função do descaso em eleger as prioridades lá no Município.

O SR. RATINHO JÚNIOR (PPS)

Agradeço, Deputado Scarpellini, porque o senhor é um defensor dos direitos humanos dentro desta Casa.

Deputado André Vargas, vou ceder um aparte, porque eu sei que o senhor teve dentro da sua equipe um problema na cidade de São José dos Pinhais. O que lamentamos muito, é que vemos muito dinheiro para contratar parente, para colocar pessoas em outras estruturas, dinheiro para publicidade, dinheiro para obras, mas a saúde, que é principal, primordial dentro do Município, que o Prefeito tem essa prerrogativa, tem condição de manter, acaba não sendo levada a sério!

O Sr. André Vargas (PT) (Aparte)

Queria primeiro me congratular com V. Exa. por expor um problema que de fato é grave, em algumas cidades da região metropolitana. Vejo alguns prefeitos se esforçando para fazer um trabalho na área da saúde, para organizar os seus orçamentos. Tenho sido, aqui na Assembléia, defensor ardoroso do cumprimento da Emenda Constitucional nº 29, que define em 12% para o Estado, que infelizmente ainda não cumpre na sua totalidade. Além de me congratular, sugiro a V. Exa. que faça um ofício ao Ministério Público do Estado, para que proceda a uma avaliação detalhada em relação a esse Município e alguns outros, porque a saúde na região metropolitana é um caos.

Minha equipe passou por um problema semelhante em São José dos Pinhais, e de fato houve ausência de socorro, ausência da manutenção de um serviço no hospital; intervenção no hospital privado, sim, filantrópico, conveniado, que precisa ser feita uma auditoria mas, que o serviço não deixe de ser prestado!

Acho que o Ministério Público Estadual está se omitindo em relação à saúde.

O SR. RATINHO JÚNIOR (PPS)

Deputado André Vargas, por isso que estamos protocolando um requerimento ao Ministério Público Estadual, porque o Municipal, já sabemos que não faz nada. Já está provada a incompetência ou outros interesses que não conhecemos.

O Sr. Francisco Bühner (PSDB) (Aparte)

Não concordo com aquilo. Sei que a situação da saúde pública em São José dos Pinhais, como em outros municípios do Estado está com grande dificuldade, mas quero falar que em São José dos Pinhais há um hospital municipal que fez um atendimento extraordinário. Ninguém fala isso. Tem procurado atender a demanda nos postos de saúde. Quando falo que há hospital em São José dos Pinhais falo de um hospital que vive um momento difícil, e o município investiu, nos últimos seis meses, mais de um milhão e oitocentos mil reais. A dívida era de um milhão e duzentos mil, hoje ultrapassa dois milhões de reais. O hospital vive momentos difíceis, pela má administração.

Pergunto o seguinte: imaginem em Curitiba, se a Prefeitura fosse acudir todos os hospitais filantrópicos do município? O Prefeito tem feito o máximo possível para

atender a demanda. Mas, V. Exa. conhece, sabe que o hospital de São José dos Pinhais atende os municípios vizinhos. Tijucas do Sul, Mandirituba, Fazenda Rio Grande, Agudos do Sul, uma parte do litoral e até a região de Curitiba, Uberaba, Boqueirão, atendidos por São José dos Pinhais. Como é possível o município enfrentar todas essas dificuldades sozinho? Apesar de que o Governo do Estado tem-se prontificado a atender. Só quero discordar quanto à seriedade que tem o Prefeito Leopoldo Meyer e a responsabilidade de um Prefeito que sabe o que é melhor para a saúde em São José dos Pinhais.

O SR. RATINHO JÚNIOR (PPS)

Muito obrigado, Deputado, pelo aparte.

Talvez, a São José dos Pinhais que o Deputado Francisco vive não é a mesma que eu vivo. Não estou discutindo o hospital filantrópico, porque lá eu conheço bem! Os médicos davam Citotec para mães terem filhos no horário de atendimento, para receberem dinheiro do SUS. E inclusive crianças ficaram mudas. O senhor, que é pediatra, Deputado Accorsi, alguns médicos deram Citotec para as mães terem filhos no seu horário de trabalho. Mais de trinta crianças nasceram com problemas de saúde, muitas não chegarão aos vinte anos de idade, por causa da irresponsabilidade desses médicos.

Mas, não estamos falando e nem julgando a seriedade do Prefeito do Município. Nós estamos julgando a competência. Se ele é sério ou não, não está em discussão. O que estamos discutindo, agora, é de que forma está sendo gerido, administrado o dinheiro público na área da saúde.

É por isso que estamos pedindo, Sr. Presidente, o encaminhamento...

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

V. Exa. tem um minuto para concluir.

O SR. RATINHO JÚNIOR (PPS)

... deste requerimento ao Ministério Público Estadual, até porque o Ministério Público Municipal não tem se pronunciado e pessoas estão morrendo. Nesse final de semana um pai e uma mãe perderam uma filha de cinco anos porque não tinha pediatra! Nós não estamos falando de números. Nós estamos falando de vidas!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

Queria dar um aviso aos Srs. Deputados: peço a compreensão, porque nós teremos mais duas sessões hoje. Teremos a antecipação da Sessão de amanhã e uma Sessão Extraordinária, para votarmos os projetos. Então, o Deputado que puder colaborar com esta Mesa e diminuir um pouco a oratória, nós ficaremos muito gratos.

Com a palavra, no horário destinado ao PFL, o Deputado Plauto Miró Guimarães.

Liderança do PFL: Deputado Plauto Miró Guimarães

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados.

Na segunda-feira desta semana, no dia cinco, estivemos participando de uma importantíssima solenidade no Cefet na cidade de Ponta Grossa. Estavam presentes o Sr. Éden Januário Neto, que é Reitor daquela Universidade; o Diretor Luiz Alberto Pilatti; o Prefeito Pedro Wosgrau Filho, o Deputado Federal Afonso Camargo; a Deputada Selma Shons; o Deputado Irineu Colombo; o General Aldo Bonde e o Vice-Prefeito de Ponta Grossa, Rogério Serma.

Ali, Sr. Presidente, Srs. Deputados, acompanhamos o anúncio oficial de que aquela instituição, o Cefet, tornou-se Universidade Tecnológica Federal. O Cefet foi implantado na cidade de Ponta Grossa no começo da década de 90, pelas mãos do prefeito da época, Pedro Wosgrau Filho, que adquiriu o antigo seminário e doou ao Governo Federal para que ali pudesse ser implantada uma escola técnica. A partir do ano de 1992, tivemos ali a inauguração do Cefet. Já em 93, dois cursos técnicos começaram a ser oferecidos aos alunos que procuravam aquela casa de ensino: o curso de técnico de alimentos e técnico de eletrônica.

Logo em seguida, no ano de 95, novos cursos foram criados, como o curso de técnico de mecânica, e nós vimos o trabalho que foi realizado por professores daquela instituição. O professor João Luiz Kovalesk que também foi Diretor do Cefet, o professor Rui Martins Marçal, o professor Carlos Roberto Melnik e o professor Luiz Simão Stazak que trabalharam no sentido de fazer com que o Cefet pudesse receber novos cursos e, ao mesmo tempo, pudesse se colocar no estágio que está, no município de Ponta Grossa e que beneficia toda a região dos Campos Gerais e como um todo, o nosso Estado.

Hoje temos quatro cursos com conceito "A" pelo Ministério da Educação e Cultura. Até mesmo o Mestrado em Engenharia de Produção está sendo ofertado por aquela Universidade.

O Cefet deixou de ser o Centro Federal de Educação Tecnológica e passou a ser a Universidade Tecnológica Federal, fazendo com que Ponta Grossa passe a ser o primeiro município do interior do Estado a ter duas universidades públicas. A nossa Ponta Grossa, a partir deste ano, tem duas universidades públicas, oferecendo cursos para todos que procuram aquelas instituições de ensino.

Quero parabenizar o trabalho de todos aqueles que possibilitaram a implantação do Cefet no começo da década de 90. Também a transformação do Cefet para Universidade Tecnológica Federal. Saudar os professores, os funcionários, os alunos, o Deputado Federal Afonso Alves de Camargo, meu companheiro de política, meu aliado na cidade de Ponta Grossa e que possibilitou, no decorrer desses últimos anos, a liberação de dez

milhões de reais, de emendas orçamentárias que ele, Afonso, proporcionou ao Cefet de Ponta Grossa.

Parabéns aos professores, aos funcionários, aos alunos, ao professor Kovalesk, ao professor Simão.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento)

Eu queria lembrá-lo de agradecer ao Presidente Lula. Afinal, graças a ele, tão atacado por outros partidos que sancionou esse projeto maravilhoso que Ponta Grossa e os Campos Gerais têm de se orgulhar. O Presidente Lula, do PT, faz no momento certo, na hora certa, aquilo que é um sonho de todos os demais partidos e de todos os que moram em Ponta Grossa e nos Campos Gerais. Eu queria fazer justiça e o Deputado Stica me lembrou aqui, de homenagear o Presidente Lula que, com todos os seus defeitos, fez uma coisa muito boa para os Campos Gerais.

O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Gostaria de, neste aparte, cumprimentar pela sua posição na tribuna e gostaria de, já que está falando de universidade, saber se o curso de Medicina de Ponta Grossa foi homologado, se vai existir, ou se realmente esse sonho foi sepultado. Se pudesse nos esclarecer, porque eu não ouvi mais falar nesse assunto.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)

Vimos, no decorrer desses últimos anos, a população de Ponta Grossa mobilizada, cobrando o retorno do curso de Medicina, tão importante à UEPG, à cidade de Ponta Grossa e à região dos Campos Gerais e até o momento, absolutamente nada. Mas, eu tenho dito aonde eu posso falar, para quem eu posso falar que, se o Governador Roberto Requião não devolver o curso de Medicina à Universidade Estadual de Ponta Grossa, o novo Governador que aí virá, devolverá, porque ele terá a sensibilidade de ver a importância do curso para a nossa cidade, para a nossa região e para o nosso Estado. Dias desses o Requião andou dizendo lá que tem vontade de devolver esse curso, mas, acho que se devolver agora, num processo pré-eleitoral... Tudo tem o momento certo, espero que não usem o curso de Medicina para tentar ganhar uma eleição no ano que vem.

Obrigado Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB) (Pela Ordem)

Só para registrar a presença do Prefeito de Guaraçuva, ex-Deputado Fernando Ribas Carli que se encontra entre nós.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nosso eterno Deputado. Está registrado.

Bloco PP/PSDB, Bloco PTB/PL/PMR.
Com a palavra Deputado Jocelito Canto.

Liderança do Bloco PTB/PL/PMR: Deputado Jocelito Canto

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Deputado Stica lembrava bem: todo Governo tem as coisas boas e as coisas ruins.

Um Presidente da República quer sempre acertar, às vezes comete erros nomeando pessoas que parecem ser de confiança e não o são.

Temos que admitir - ouvi atentamente o pronunciamento do Deputado Plauto - é importante se dar valor ao Cefet de Ponta Grossa neste momento; mas acho também importante parabenizar a quem merece: ao Presidente Lula, pois ele foi o único Presidente que teve a coragem de transformar o Cefet em Universidade Federal. Temos que lhe fazer essa homenagem. Não adianta querermos dizer que foi A, ou B, ou C porque quem assinou foi o Presidente Lula. Nós temos divergências com ele, mas as coisas boas que ele faz, temos que ser justos, e corajosos a ponto de elogiar até com quem temos divergências. O grande pai de tudo isso não é Afonso Camargo, não é fulano, não é cicrano, é o Presidente Lula e dever ser homenageado. Sei que outros Deputados se empenharam; isso é muito bacana. Agora, quem dever ser elogiado neste momento é o Presidente. Não podemos esquecer que sem a caneta dele, não tinha nada.

Quero aproveitar, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, para dizer para o Deputado Scarpellini que ele e eu somos os preferidos do Ministério Público. Mas esse mundo dá voltas, um dia é da caça o outro é do caçador. Nós temos que aprender isso. E eu fui premiado ontem, preferido que sou pelo Ministério Público, que não consegue prender os que arrombaram o cofre do Banestado, os que fazem o Paraná pagar cinquenta e seis milhões por mês. E como disse o Deputado Ratinho: faltam UTI's, hospitais e uma série de coisas. Mas é porque o Paraná paga todo mês cinquenta e seis milhões, por isso falta dinheiro! Isso é um bom caso para o Ministério Público: caçar os autores e puni-los por isso. Mas, ontem fomos contemplados por duas ações do Ministério Público que eu achei interessante. Uma primeira que fala de hora extra de funcionários que todos os Prefeitos de Ponta Grossa concediam, por se tratar de uma Prefeitura celetista. É uma das poucas do País que tem regime CLT.

E nós, assumindo a Prefeitura em 1997, nos primeiros meses concedemos também o direito a 140 servidores públicos de carreira e alguns comissionados de receber horas-extras.

Agora, cabe à Justiça julgar se foi uma atitude incorreta. Mas, o que lamentamos é que o Ministério Público coloca na mídia dizendo que há um esquema de favorecimento. Ninguém favoreceu ninguém. As pessoas que receberam são pessoas de bem, de caráter, funcioná-

rios públicos de respeito e que não deveriam nem ser citados pelo Ministério Público. Mas, isso é coisa da Justiça e ela, lá na frente, haverá de decidir se está certo ou não.

A verdade é que todos os Prefeitos anteriores pagaram, mas o único que recebe ação, mais uma vez, sou eu, o preferido do Ministério Público.

Uma segunda ação, por ter sancionado uma lei aprovada pela Câmara Municipal, por unanimidade, em que determinava que uma instituição passava a ser de utilidade pública. Um verdadeiro absurdo!

Coisas do Ministério Público, temos que entender porque eles também querem aparecer. Lá em Ponta Grossa tem um ditado que diz: "Alguns promotores às vezes de madrugada vão à geladeira tomar uma água e quando abrem a geladeira começam a dar entrevista, porque pensam que é a luz da televisão.

E para finalizar, a partir de segunda-feira vou propor um projeto que toda publicidade feita no rádio, televisão ou em qualquer meio de comunicação, terá que divulgar o valor que está sendo pago. Por exemplo: saiu uma publicidade na Gazeta do Povo, do Governo, deverá ter embaixo: esta publicidade custa mil reais. O mesmo na televisão, no rádio.

Vou trazer o projeto na segunda-feira. E que sirva de exemplo para Brasília. Porque concordo, tem veículo de comunicação que recebe dinheiro que daria para acabar com a fome deste país, mas, infelizmente, ninguém denuncia.

Vou propor essa lei, que toda inserção terá que publicar o custo. Será uma verdadeira transparência. Saberemos quanto custou a publicidade no jornal, na televisão, no rádio.

Concedo um aparte do Deputado Natálio Stica, que está feliz de ver o Presidente sancionar a lei do nosso querido Cefet.

O Sr. Natálio Stica (PT)

Muito obrigado, Deputado Jocelito! Como fez também aqui em Curitiba com o Cefet, da mesma forma, hoje, para alegria dos estudantes, mais uma universidade na nossa cidade.

Quero parabenizá-lo pelo seu senso de justiça ao lembrar ao Deputado Plauto de que, na verdade, foi o Ministério da Educação, o Presidente Lula, que vem discutindo, há muito tempo, e não passa apenas pela vontade deste ou daquele Parlamentar. Bem como, as emendas. Esses dez milhões foram liberados pelo Deputado Afonso Camargo e só veio porque tem, com certeza, o interesse do Governo Federal. Mais do que isso, demonstra que não há lá um pente fino entre os Deputados que ajudam o Governo e o Deputados que batem no Governo, senão não viria pelas mãos de Afonso Camargo.

V. Exa. traz à tona, e com muita justiça, que o Presidente Lula, além de tudo, não guarda rancores daqueles que o criticam, muitas vezes, sem o direito da crítica que fazem. Parabéns, Deputado Jocelito!

Aproveito o momento para falar sobre Londrina. Estive pela manhã com o Secretário Maurício Requião, fazendo a recepção de um belíssimo caminhão, doado pela Petrobras. É uma política do Governo Lula que a Petrobras, como uma empresa estatal, invista em outras áreas, em especial na educação. O Estado do Paraná ganha, portanto, para o ano que vem, para percorrer as cidades - certamente na sua Ponta Grossa também irá - esse caminhão, que é um verdadeiro parque de ciência ambulante, e que vai ajudar muito aos alunos do nosso Estado.

Obrigado pela lembrança que V. Exa. oportunamente fez.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Obrigado, Sr. Presidente! Muito obrigado, Srs. Deputados!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

Liderança do PT: Deputado Tadeu Veneri

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Uso esta tribuna, no Horário do Partido dos Trabalhadores, porque temos uma situação em Curitiba, absolutamente inusitada.

Na manhã de hoje, tivemos uma manifestação em frente à Secretaria da Educação. Os professores e funcionários estão até agora lá e conversaram com o Secretário Maurício Requião. Eles ocuparam a Secretaria. Fomos convidados para, assim que se encerre a Sessão, irmos até lá. Alguns Deputados já se manifestaram favoravelmente.

Acredito, apesar de entender a dificuldade que têm os dirigentes da Secretaria da Educação em dar uma resposta objetiva, em função de determinações que ocorreram para que cerca de quatorze mil funcionários celetistas fossem exonerados; é preciso que tenhamos uma reunião oficial.

Entendo Sr. Presidente, que apesar de sabermos que há toda uma determinação legal, é preciso que seja colocada para os professores e funcionários de uma forma não apenas verbal, mas através dos instrumentos que geraram essa determinação.

O que é mais grave é que muitos desses funcionários e professores que serão exonerados no dia 30 de dezembro, terão que ser recontraçados no dia 30 de janeiro. Em janeiro não teremos funcionários em número suficiente para atender as escolas. Em fevereiro não teremos professores suficientes para fechar toda a grade curricular, mesmo com aqueles que fizeram concurso assumindo as vagas, são cerca de 7.000, eles assumirão em torno de 6.000 vagas destes que, hoje, já são professores.

Então, Srs. Deputados, acredito que temos que nos esforçar para que não tenhamos um final de ano com

14.000 exonerações e depois algumas milhares de contratações novamente.

É uma situação difícil, mas entendo que é preciso uma renegociação.

Estive na parte da manhã e vou agora no final da tarde, junto com os demais Deputados até a comissão. Vamos tentar conversar com o Secretário, para que haja, além dessa intervenção, dessas informações que ainda são verbais, uma documentação explicitando. Não podemos nos apegar apenas na versão, sem colocar em dúvida absolutamente, mas precisamos ver qual é a documentação que recebeu o Governo do Estado, qual a determinação, Deputado Nelson Justus, para fazer essas exonerações.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. tem mais cinco minutos.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Obrigado, Sr. Presidente. Apenas para concluir.

Vamos abrir um canal de negociação, que não seja “eu não posso”, “eu não faço” e “não tem jeito”. Porque se for apenas essa resposta, vamos ter dificuldade. Os professores e funcionários que estão dentro da Secretaria não irão sair, pelo menos não por vias pacíficas. A Secretaria obviamente tem as suas razões e cabe a esta Casa fazer a intermediação. Cabe a esta Casa solicitar ao Secretário e ao Governo do Estado toda a documentação que é pertinente a este fato específico. E aí sim, colocarmos para os representantes a situação. Os professores e funcionários fazem as suas reivindicações e tentaremos encontrar um meio termo que possa minimamente contemplar ao Governo do Estado e também aos professores.

O que não podemos é continuar com esta situação. Temos cerca de 1900 professores, diretores de escolas fazendo curso em Faxinal do Céu e cerca de 450, 550 que são exonerados para retornarem em fevereiro como PSS no processo seletivo simplificado que é aquele contrato que não tem décimo-terceiro, não tem férias, não tem FGTS, não tem indenização, não tem nada. É lógico que vamos ter esse pessoal de volta.

É um apelo que faço, que ao término da Sessão, os Deputados que tiverem disponibilidade dentro das suas agendas, que se dirijam até a Secretaria da Educação, porque entendo que esse é um problema de todos os Partidos. Não é do Governo ou Oposição. Não estaremos representando um Partido, mas estaremos representando a Assembléia e uma proposta de negociação. Acredito que a Comissão de Educação deveria se manifestar como um todo e não parte que é favorável ou parte que é contrária.

Um aparte ao Deputado Natálio Stica.

O Sr. Natálio Stica (PT)

Deputado Tadeu Veneri. Vejo a preocupação de V. Exa. e com certeza a preocupação da APP Sindicato. Porque afinal de contas serão demissões que vão ocorrer e no

final do ano, uma época que acaba piorando as coisas. Agora, entendo que nós, os Deputados precisamos nos inteirar dessa questão porque me parece que não é tão simples assim.

Hoje pela manhã, viajei com o Secretário Maurício Requião. Ele iria direto de Londrina para Faxinal do Céu, nessa reunião dos novos diretores, mas mudou o trajeto, voltou a Curitiba por conta da manifestação. Ele me dizia na viagem, que teve uma conversa antes, quando foi feita a proposta do processo seletivo, um acordo com o Sindicato, daí o processo seletivo e, agora, por uma decisão judicial, aqueles que não passaram no processo seletivo, funcionários ou professores terão que ser demitidos e os que passaram terão que ser contratados, sim, no cargo de carreira e que é a grande maioria, segundo o Secretário Maurício Requião.

Portanto, temos que ter uma preocupação maior em entender melhor a situação, porque pelo que me foi dito não é tão simples e há uma decisão judicial obrigando que as demissões ocorram, para que possam ter as contratações daqueles que passaram no concurso.

Muito obrigado, Deputado Tadeu Veneri.

O SR. TADEU VENERI (PT)

É exatamente isso, Deputado Natálio Stica. A preocupação que temos é que, dos sete mil professores que passaram no concurso, seis mil já são professores, ou seja, teremos em torno de mil professores novos. Dos que serão exonerados, cerca de quatorze mil professores e funcionários, teremos que reencontrar uma boa parte, no final de janeiro, começo de fevereiro, porque não teremos funcionários de escola e professores em número suficiente.

A preocupação nossa - V. Exa. está correto - é que possamos ter essa documentação para termos um argumento, porque até agora estamos ouvindo versões, tanto do Governo, do Secretário, como da APP e não temos motivo nenhum para duvidar deste ou daquele. O que eu entendo e por isso faço esse convite a V. Exa. e o fiz antes, é que deveríamos buscar - a APP, o Secretário Maurício Requião -, para que em um processo de negociação, se houver condições, pudéssemos mediar, por achar que é o nosso papel.

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

Concedo a palavra ao Deputado Barbosa Neto, no horário do PDT.

Liderança do PDT: Deputado Barbosa Neto

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Sei que há uma urgência para a votação de determinados projetos importantes, para o Estado do Paraná, mas não posso deixar passar esse assunto de extrema gra-

vidade, que volta a acontecer na cidade de Londrina: mais uma paciente morre à espera de uma vaga da Unidade de Terapia Intensiva, no Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná, o hospital mais importante do interior do nosso Estado.

A Sra. Ana Lanza, de 78 anos de idade, moradora na cidade de Tamarana, foi internada com infecção urinária, depois o quadro evoluiu para uma infecção generalizada. Ela precisava de uma internação em um leito de UTI e, infelizmente, morreu anteontem, por volta de dez horas da noite, na cidade em que é considerada referência em vários casos de Medicina e que tem um tratamento de ponta, mas que já tivemos nesse mesmo hospital universitário vinte e cinco pessoas, mortas, por falta de UTI.

O que é mais grave, outros nove pacientes ainda aguardam por uma vaga no único hospital estadual que atende os que são do SUS - não são hospitais filantrópicos. O Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná atende a mais de setenta cidades e a situação é desesperadora. A Santa Casa, que é um hospital filantrópico que atende pelo SUS, ofereceu uma vaga de leito de UTI, para salvar a vida da Dona Ana Lanza, mas infelizmente, vejamos só o absurdo: por falta de um respirador artificial não pôde fazer a cessão desta vaga de UTI, e a essa senhora morreu. Mais uma pessoa que morre por falta de leito de UTI, na cidade de Londrina.

Depois, o Promotor Fuad Faraj vem a esta tribuna e denuncia que mais duas mil pessoas morreram em todo o Estado, durante este ano, por falta de leitos de UTI e aí tem gente que reclama, não aceita a verdade. É um levantamento técnico.

Como se não fosse grave essa situação, ela se agrava ainda mais à medida em que é oferecida uma vaga de UTI no município de Jacarezinho, a 150 quilômetros de Londrina, e a família recusa essa vaga, porque, é claro, como é que vai poder fazer o acompanhamento? Nós estamos falando de Londrina, que é a Capital do Interior do Paraná! Não pode ser tratada dessa forma quando se fala da liberação de recursos, principalmente de vagas de leitos de UTI. E ainda pedimos auxílio para o Hospital Regional João de Freitas, em Arapongas, e lá também a Central de Leitos não conseguiu encontrar uma vaga, porque a ambulância central que faz esse transporte inter-regional estava ocupada. Será possível que uma região com mais de um milhão e meio de habitantes vai ter que depender de apenas uma única ambulância para fazer o transporte para pessoas em situação de risco em uma Unidade de Terapia Intensiva?

Nós não podemos mais aceitar essa situação no Hospital Universitário de Londrina. O Pronto-Socorro suspendeu o atendimento ontem de manhã por estar lotado. O Centro Cirúrgico só estava atendendo casos de urgência e emergência.

Então, a nossa indignação é justamente pelo fato de que há uma Emenda Constitucional de nº 29, que prevê obrigatoriamente um investimento de 12% da arrecadação em saúde e não em previdência, não em sanea-

mento, não em outras questões que também implicam na melhoria da qualidade de vida e, conseqüentemente, uma situação de independência em relação a problemas hospitalares. Mas, especificamente, queremos que seja cumprida a Emenda Constitucional. Não vou nem entrar na questão das cirurgias bariátricas e de outros casos, mas que fique registrado na tarde de hoje também a nossa indignação em relação a essa situação e o Promotor de Defesa de Direitos e Garantias Constitucionais da Infância e Juventude, Dr. Paulo Tavares, relembra inclusive que em junho deste ano tivemos uma outra morte, da Dona Maria Inês Batista, que também esperou por mais de sete horas por uma vaga em leito de UTI lá em Londrina, no Hospital Universitário, e também não conseguiu. Vamos esperar pela apuração mais minuciosa que está sendo feita pelo Promotor Paulo Tavares para aguardar as medidas necessárias em relação a essa questão.

E também quero, Sr. Presidente Hermas Brandão, dizer da nossa preocupação no que tange aos diretores de escolas, aos professores, aos funcionários da educação estadual que foram à Secretaria da Educação com mais de um mil manifestantes para tentar conversar com o Secretário Maurício Requião para que ele reveja as exonerações de quatorze mil funcionários celetistas que merecem ter um tratamento um pouco mais digno, porque existem muitos com vários anos de casa e que não podem ser exonerados dessa forma.

Seria uma questão de desumanidade, uma questão de injustiça até! Nós iremos agora nos somar aos outros Deputados que possam ir até a Secretaria para evitar que o Governo exonere esses funcionários agora, e em fevereiro volte a contratá-los, é claro, fazendo uma economia para os cofres do Estado, mas com um prejuízo muito grande para aqueles que dedicaram boa parte das suas carreiras, dos seus anos de trabalho para a educação, para lecionar, para formar novos paranaenses através da Secretaria da Educação, seja como professor, como funcionário ou mesmo como Diretor de escola.

Sabemos que o Governo vai economizar mais de três milhões de reais com essa manobra, porque não há indenização, não há o pagamento de férias, o salário de janeiro também, e vão recontratar, talvez, boa parte desses mesmos funcionários no mês de fevereiro. Mas, é claro que isso não é justo, não é humano e não é digno fazer essa manobra, no nosso entendimento.

Nós estaremos nos somando a essa briga; aguardamos até o pronunciamento do Secretário. E têm a nossa solidariedade esses defensores da educação pública gratuita e de qualidade no nosso Estado.

Eu gostaria, Sr. Presidente Hermas Eurides Brandão, de agradecer a aquiescência de V. Exa. para que nós pudéssemos fazer o uso da tribuna na tarde de hoje, principalmente para trazer essa nossa preocupação.

Concedo um aparte ao Deputado André Vargas.

O Sr. André Vargas (PT)

Queria, primeiro, elogiar V. Exa. no sentido de pensar, e de fato acompanhar esse processo em Londrina, porque quando falamos de 12% na saúde, que não é cumprido, e que o dinheiro está indo para a Sanepar, que o dinheiro da saúde dos servidores é gasto como se fosse na saúde pública. Agora há pouco se debatia a questão de São José dos Pinhais, e observamos o seguinte: fala-se muito, mas é nessa hora que faltam recursos. Lá, no Hospital Universitário agora é que abriu concurso, mas faltam recursos humanos, inclusive, nas próprias UTI's por falta de intensivistas. Portanto, V. Exa. tem razão.

Eu queria lembrar um comentário que foi feito aqui, quando surgiu o problema da febre aftosa, todos queriam achar os culpados: o culpado era o Governo Federal, o culpado era o Governo Estadual. E eu alertei que nós não deveríamos fazer demagogia em momentos difíceis. Quando morre alguém, temos que ter ponderação. Mas, tem que fiscalizar e ver exatamente qual foi falha: se foi falha médica, falha de procedimentos ou a ausência de recursos.

Parabéns a V. Exa. e vamos juntos acompanhar essa investigação.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Muito obrigado, Deputado André Vargas!

Sr. Presidente Hermas Eurides Brandão, eu agradeço a oportunidade!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

PSDB, PMDB.

(Declinam)

Liderança da Oposição: com a palavra o Deputado Durval Amaral.

Liderança da Oposição: Deputado Durval Amaral

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Com a brevidade necessária, V. Exa. já me pediu, quero fazer apenas dois registros. Um deles reforçando o pronunciamento do Deputado Barbosa, nesta tarde, em relação à situação da saúde no Estado do Paraná, e muito especialmente na cidade de Londrina e região metropolitana. Ontem, mais uma senhora morreu por falta de Unidade de Terapia Intensiva. Uma outra paciente ou um outro paciente ficou no Hospital Universitário de Londrina, esquecido por falta de leitos, por mais de cinco horas dentro de uma ambulância.

Notícia nacional, nos jornais televisivos, o Paraná e o Hospital Universitário foram mostrados pela insensibilidade que tem, infelizmente, este Governo. Claro que a questão da Saúde é delicadíssima, claro que é uma prioridade absoluta, mas ouvimos, aqui, o próprio Secretário da saúde dizendo que não existe crise no sistema de saúde do Estado do Paraná. O que existe verdadeira-

mente, nobre Presidente, são pessoas morrendo por falta de Unidade de Terapia Intensiva, por falta de postos de saúde! E a constatação que se faz é que o Governo não investe o mínimo constitucional previsto, de 12% ou mais, na área da saúde do Estado do Paraná.

O segundo registro: nós denunciávamos, em junho de 2003, quando votávamos, Deputado André Vargas, o projeto de encampação do pedágio. E, naquele momento da discussão, denunciávamos que foi passado um fax no dia anterior ao Comando da Polícia Militar do Estado do Paraná, avisando que no dia seguinte haveria intervenção nas praças de pedágio e que o Comando da Polícia Militar estava proibido de intervir nos possíveis confrontos existentes. Isso foi em junho de 2003. Surpresa, nobre Deputado Nelson Justus! Novamente o governo instrumentaliza um movimento liderado por funcionários públicos para invadir as praças de pedágio do Estado do Paraná. Fico totalmente decepcionado como cidadão e mais ainda como Parlamentar quando vejo que funcionários comissionados do Estado do Paraná lideram movimentos de invasão, patrocinados pelo Governo!

É desrespeito absoluto ao estado de direito, é desrespeito absoluto ao Poder Judiciário, é desrespeito absoluto a todos os transeuntes que trafegando pelas rodovias do Estado do Paraná serão obrigados a ficar horas parados nas praças de pedágio!

É inaceitável que o Governo possa se valer desse expediente denunciado durante o dia de hoje na Gazeta do Povo! É inaceitável que o Governo possa patrocinar invasões do movimento Sem-Terra, é inaceitável que ele possa, igualmente, patrocinar invasões às praças de pedágio!

O Governo prometeu acabar com o pedágio. Acabe pela via jurídica, pela via judicial, através do processo legislativo, através do processo administrativo, mas não estabeleça desordem no Estado do Paraná porque a Assembléia não pode comungar com a desordem patrocinada pelo Palácio Iguaçu!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Liderança do Governo, com a palavra o Deputado Bradock.

Liderança do Governo: Deputado Delegado Bradock

O SR. DELEGADO BRADOCK (PMDB)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero aproveitar a oportunidade para congratular-me com o Reitor da Universidade Federal que conseguiu mais uma vitória para a Reitoria.

Quero dizer ao Deputado Durval Amaral que o Governador talvez não saiba se tem algum funcionário envolvido nesse fato. Se houver logicamente que o funcionário tem que ser chamado para dar explicações. Não creio que o Governador esteja sabendo dessa situação,

embora o pedágio seja útil, mas o preço é absurdo! Nós já concordamos com isso e não creio que essa seja a maneira correta e certa para que as coisas mudem no Paraná.

Concedo o aparte ao Deputado Stica.

O Sr. Natálio Stica (PT)

Muito obrigado, Deputado Bradock.

Deputado Durval Amaral, por quem eu tenho uma grande estima, vamos colocar os “pingos nos is”: o que saiu na Gazeta do Povo foi uma matéria dando conta de um anúncio cifrado, codificado, enfim onde o suposto movimento em defesa dos usuários de rodovias, até o nome invertido dando letras que estão como iniciais de pessoas. Isso foi denunciado pela associação dos proprietários do pedágio, até porque se o movimento for fazer algum ato não vai ficar publicando em jornal, muito menos com códigos cifrados! Se o movimento tiver que fazer alguma coisa vai chamar a militância e vai levar à discussão, nunca sem antes uma grande reunião.

Não conheço nenhuma mobilização neste momento. Sei que existe uma indignação muito grande, inclusive de V. Exa., pelo preço do pedágio no Paraná. V. Exa. é um dos que cobra do Governo por que não acaba ou não abaixa o pedágio, embora o Governo tenha feito, sistematicamente, as suas lutas judiciais e infelizmente os resultados da Justiça não têm sido favoráveis às ações.

Que o pedágio aqui no Paraná continua sendo um roubo, continua!

E perde o Governador Requião a grande chance de cumprir a sua promessa de baixar o pedágio quando iria colocar o pedágio de manutenção no Estado. Infelizmente alguém ou alguns conseguiram convencê-lo de que não era de bom alvitre. Fui um dos que defendi o pedágio de manutenção. E aqui nesta Casa tivemos a oportunidade de ver uma exposição do Rogério Tissot, Diretor do DER onde nas duas principais praças de pedágio do Estado, na região Noroeste, comprovadamente ia ter um preço até cinco vezes menor do que o cobrado pelas concessionárias. Fiz um estudo rapidamente, embora o maior preço seja o da rodovia das praias, mas o mais caro por incrível que pareça é o da minha cidade, a Lapa. Se formos ver o pedágio, são duas pistas, 77 mais 77, mais o trecho até Matinhos, Praia de Leste e Morretes que passa de duzentos quilômetros.

Temos lá seguramente doze quilômetros por um real à manutenção, em média. O trecho da Lapa é de 43 quilômetros com cerca de seis reais. Portanto, um preço absurdo! O preço do pedágio no Paraná é de causar indignação, sim, a qualquer um, à população e principalmente àqueles que se organizam. Se tiver esse movimento se organizando quero discutir, não a invasão das praças, mas quero discutir e a Assembléia tem que ter uma atuação importante para que o Estado não continue refém. É muito sério e precisamos nos organizar para ajudar a mudar a questão da cobrança absurda do pedágio no Paraná. Mas afirmo que não tem hoje, senão eu saberia,

nenhuma mobilização nesse sentido. E principalmente não é determinação do Governador Requião, porque ele age às claras quando faz alguma ação que envolva a organização da militância.

O Sr. Durval Amaral (PFL)

Quem instalou e quem pôs em funcionamento o pedágio na Lapa foi o Governo do Estado do Paraná. O segundo ponto, quem disse à Gazeta do Povo que a organização do movimento chama-se Movimento dos Usuários das Rodovias do Brasil, foi um ex-Deputado. Quem coordena o movimento dos usuários de rodovias do Brasil, que inclusive não quer só criar esse impasse no Estado do Paraná, mas inclusive para afrontar o Governo Lula, é também um colega ex-Deputado.

Tenho certeza que ele não deve ser funcionários público, é um ex-Deputado da Assembléia, que tenho o maior respeito e admiração. Para tirar a dúvida que ele não é funcionários público estadual e que ele não recebe diárias do Estado, nem se locomove pelo Estado com recursos dos cofres públicos é que estamos fazendo um pedido de informação para o Secretário da Administração, para que ele diga que não é funcionário público do Estado do Paraná, até para que essa suspeita não possa se transformar em realidade.

O SR. DELEGADO BRADOCK (PMDB)

Esse requerimento vai ser encaminhado ao órgão competente. E se porventura esse ex-Deputado a que V. Exa. se refere realmente tiver devendo alguma coisa, que pague. Agora, o movimento é legítimo.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está suspensa a discussão porque ultrapassou o tempo. Peço que V. Exas. tenham compreensão.

Ordem Do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 41 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Mensagem nº 069/2005, subscrita pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre o pagamento de créditos tributários devidos em decorrência da legislação do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, lançados até 31 de dezembro de 2004, com dispensa de multa e juros. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Sr. Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3961, de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente, solicitando antecipação da Sessão Ordinária do dia 08 de dezembro (quinta-feira), para logo após o término da presente Sessão Ordinária e a diminuição de interstício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 630/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 050/2005, autorizando o Poder Executivo doar parte do imóvel de propriedade do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar, ao município de São Mateus do Sul. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº 630/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a doar, a título gratuito, ao município de São Mateus do Sul, parte ideal do imóvel que compreende uma área de 4.800,00 m², de propriedade do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar, nos termos da Lei Municipal nº 513/73, conforme consta da Transcrição das Transmissões sob nº 24.469, do Livro 3-X, do Registro de Imóveis da Comarca de São Mateus do Sul, observando-se a

seguinte descrição: ao norte, confronta do ponto 01 ao ponto 02 com a rua Pedro Effco por uma distância de 48,00 metros e rumo de 71°30'SE; ao sul, confronta do ponto 03 ao 0=PP com a rua Dona Estefânia por uma distância de 48,00 metros e rumo de 71°30'NO; a leste confronta do ponto 02 ao ponto 03 com o terreno da Escola Municipal Pedro Effco por uma distância de 100,00 metros e rumo de 18°30'SO e a oeste confronta de 0=PP ao ponto 01 com a rua João Gabriel Martins por uma distância de 100,00 metros e rumo de 18°30'NE.

Art. 2º O imóvel de que trata o artigo 1º desta lei, será utilizado pelo município de São Mateus do Sul para ampliação das instalações da unidade escolar municipal, retornando, automaticamente, ao patrimônio estadual, caso seja desvirtuado o seu uso.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 06.12.2005.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

3ª Discussão

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 282/2005, de autoria do Deputado Carlos Simões, dispondo sobre a obrigatoriedade da publicação, nos jornais editados no Estado do Paraná, de advertência quanto à exploração sexual de crianças e adolescentes nas condições que especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CDDMCA. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Emenda. **Aprovada.** Projeto. **Aprovado.**

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 613/2005, de autoria do Deputado Cesar Seleme, declarando de Utilidade Pública a Braspol - Representação Central da Comunidade Brasileira Polonesa no Brasil, com sede e foro no município de Balsa Nova. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Emenda. **Aprovada.** Projeto. **Aprovado.**

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 638/2005, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, declarando de Utilidade Pública a Instituição Seicho-No-Ie do Brasil, com sede e foro na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Emenda. **Aprovada.** Projeto. **Aprovado.**

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 697/2005, de autoria do Deputado Reni Pereira, declarando de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Centro Educacional Santa Terezinha de Itaipu - CESTI, com sede e foro na cidade de Santa Terezinha de Itaipu. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Emenda. **Aprovada.** Projeto. **Aprovado.**

2ª Discussão

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 443/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, autorizando o Poder Executivo a divulgar os devedores que tenham débito tributário inscrito em dívida ativa e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 629/2005, de autoria do Deputado Elio Rusch, concedendo o título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Sr. Dilvo Grolli. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a Emenda.**

1ª Discussão

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 547/2003, de autoria dos Deputados José Maria Ferreira e Tadeu Veneri, regulamentando o artigo 2º da Constituição do Estado do Paraná (Soberania Popular). Conforme especifica. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. Em anexo Projeto de Lei nº 601/2005. (Publ. no DA nº 073/2003, de 17.09.2003, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 547/2003

P A R E C E R :

Preâmbulo

Os presentes projetos de lei têm como objetivo regulamentar o artigo 2º da Constituição Estadual do Paraná, em matéria de plebiscito, referendo e iniciativa popular, elencando várias situações onde deverá ser realizado plebiscito.

Legitimidade

A legitimidade para iniciativa de leis complementares e ordinárias encontra-se definida na Constituição Estadual, conforme segue:

Seção VI*Do Processo Legislativo***Subseção III***Das Leis*

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Mérito

A respeito da matéria, dispõe a Constituição Federal em seus artigos 22 e 24:

TÍTULO III*Da Organização do Estado***Capítulo II***Da União*

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

Parágrafo Único. Lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas neste artigo. (grifo nosso)

Art. 24.

§ 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados. (Grifo nosso)

A Constituição Estadual estabelece:

Art. 2º A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, nos termos desta Constituição e da lei, e mediante:

I - plebiscito;

II - referendo;

III - iniciativa popular.

Na esfera local existe uma tradição significativa de consultas aos eleitores a respeito de fusões ou desmembramentos entre municípios. Em nível nacional, a Constituição de 1988 ampliou o alcance da chamada democracia direta, ao dispor que “todo poder emana do povo, que o exerce por meios de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

A consulta popular é um direito garantido não somente na Constituição Estadual, como já citado, mas também na Constituição Federal, em seu artigo 1º, que assegura a cidadania como um fundamento do Estado Democrático de Direito, e trata explicitamente do plebiscito e do referendo como instrumento mediante os quais a soberania popular será exercida.

No mérito, não há impedimento quanto ao regular seguimento do projeto.

Constitucionalidade

Ainda a respeito desse tema, a Constituição Estadual estabelece:

Seção II*Das Atribuições da Assembleia Legislativa*

Art. 53. Cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente: (Grifo nosso)

XVI - *matéria decorrente da competência comum prevista no artigo 23 da Constituição Federal;*

Art. 54. Compete, privativamente, à Assembleia Legislativa:

XXI - autorizar o referendo, na forma da lei;

Analisando a Lei Federal nº 9.709/1998 (que regulamenta a execução do disposto nos incisos I, II e III do artigo 14 da Constituição Federal), encontramos em seu artigo 6º, que:

Art. 6º Nas demais questões, de competência dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, o plebiscito e referendo serão convocados de conformidade, respectivamente, com a Constituição Estadual e com a Lei Orgânica.

Os presentes projetos dispõem sobre matéria específica, que se restringe ao Estado do Paraná e não sendo a mesma tratada de forma geral, como competência exclusiva da União.

Diante do exposto não há óbice quanto à constitucionalidade dos projetos no que tange à competência legislativa. Ressalte-se que sem tal regulamentação, fica restrito ao âmbito nacional os direitos trazidos pelos incisos do artigo 14 da Constituição Federal.

Conclusão

Os projetos de lei sob análise respeitam a boa técnica legislativa e não encontram óbice quanto à legitimidade legislativa e tampouco acerca de seu mérito, uma vez que não existe impedimento constitucional para a legislação da matéria dos mesmos, sendo apenas sugerido o substitutivo geral em anexo, visto que os dois projetos encontram-se anexados. Assim, somos de parecer favorável à aprovação dos projetos, nos moldes do substitutivo geral em anexo.

Sala das Comissões, em 29.11.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBSTITUTIVO GERAL AOS
PROJETOS DE LEI nºs 547/2003 e 601/2005

Ficam alteradas as redações dos Projetos de Lei nºs 547/2003 e 601/2005, passando a integrar um único projeto nos seguintes moldes:

Art. 1º A presente lei tem por objetivo regulamentar o artigo 2º da Constituição do Estado do Paraná, em matéria de plebiscito, referendo e iniciativa popular.

Art. 2º A soberania popular é exercida por sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, nos termos desta lei e das normas constitucionais pertinentes, mediante:

- I - plebiscito;
- II - referendo;
- III - iniciativa popular.

Art. 3º Plebiscito e referendo são consultas formuladas ao povo para que delibere sobre matéria de acentuada relevância, de natureza constitucional, legislativa ou administrativa.

§ 1º O plebiscito é convocado com anterioridade a ato legislativo ou administrativo, cabendo ao povo, pelo voto, aprovar ou denegar o que lhe tenha sido submetido.

§ 2º O referendo é convocado com posterioridade a ato legislativo ou administrativo, cumprindo ao povo a respectiva ratificação ou rejeição.

Art. 4º O plebiscito e o referendo deverão ser convocados por meio de decreto legislativo, subscrito por um terço dos deputados estaduais.

Art. 5º Aprovado o ato convocatório, o Presidente da Assembleia Legislativa dará ciência à Justiça Eleitoral, a quem incumbirá, nos limites de sua circunscrição:

- I - fixar a data da consulta popular;
- II - tornar pública a cédula respectiva;
- III - expedir instrução para a realização do plebiscito ou referendo;
- IV - assegurar a gratuidade nos meios de comunicação de massa concessionários de serviço público, aos partidos políticos e às frentes suprapartidárias organizadas pela sociedade civil em torno da matéria em questão para a divulgação de seus postulados referentes ao tema sob consulta.

Art. 6º Convocado o plebiscito, o projeto legislativo ou medida administrativa não efetivada, cujas matérias constituam objeto da consulta popular, terá sustada sua tramitação, até que o resultado das urnas seja proclamado.

Art. 7º O plebiscito ou referendo, convocado nos termos da presente lei, será considerado aprovado ou rejeitado por maioria simples, exigindo-se o comparecimento da maioria absoluta do eleitorado, de acordo com o resultado homologado pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Art. 8º O referendo pode ser convocado no prazo de trinta dias, a contar da promulgação de lei ou adoção de medida administrativa, que se relacione de maneira direta com a consulta popular.

Art. 9º A tramitação dos projetos de plebiscito e referendo obedecerá às normas do Regimento Interno da Assembleia Legislativa.

Art. 10. A iniciativa popular consiste na apresentação de projeto de lei à Assembleia Legislativa, subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado estadual, distribuído em pelo menos cinquenta municípios, com um por cento dos eleitores inscritos em cada um deles.

§ 1º O projeto de lei de iniciativa popular deverá circunscrever-se a um só assunto.

§ 2º O projeto de lei de iniciativa popular não poderá ser rejeitado por vício de forma, cabendo à Assembleia Legislativa, por seu órgão competente, providenciar a correção de eventuais impropriedades de técnica legislativa ou de redação.

Art. 11. A Assembleia Legislativa, verificando o cumprimento das exigências estabelecidas no artigo 9º e respectivos parágrafos, dará seguimento à iniciativa popular, consoante as normas do Regimento Interno.

Art. 12. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 29.11.2005

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 3962, de autoria do Sr. Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões do Projeto de Lei nº 547/2003.

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 486/2005, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, dispondo sobre o limite máximo de alunos em salas de aula. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. (Publ. no DA nº 082/2005, de 16.08.2005, em Projetos de Lei, pag. 06).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 486/2005

P A R E C E R :

Histórico

O Projeto de Lei nº 486/2005, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, dispõe sobre o limite máximo de alunos por sala de aula no âmbito da rede pública estadual de ensino e dá outras providências.

O projeto já havia recebido parecer contrário desta Comissão da lavra do Deputado Delegado Braddock, todavia, face recurso apresentado pela Deputada Luciana Rafagnin, foi designado novo relator para o projeto.

Fundamentação

O projeto não apresenta óbice de natureza constitucional e legal.

Segundo a Constituição Federal, em seu artigo 24, o Estado tem competência concorrente para legislar sobre a matéria:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

IX - educação, cultura, ensino e desporto;

Desta forma, pode a Assembleia legislar sobre a matéria, vez que esta questão não é abordada pela Lei de Diretrizes e Bases de Educação, não havendo qualquer óbice na legislação federal para a implantação da medida.

Há que se destacar ainda, que o cumprimento da medida não fere nenhuma atribuição exclusiva do Governador do Estado, não se podendo dizer que a fixação do número máximo de alunos em sala de aula seja atribuição da Secretaria de Estado da Educação, vez que esta matéria é de competência tanto do Poder Executivo quanto do Poder legislativo por força do que dispõe a Constituição Federal, devendo a Secretaria de Estado da Educação e Cultura apenas e tão somente obedecer a lei.

A Constituição Federal, em seus artigos 205 e 206, assim se expressa:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

omissis

VII - garantia de padrão de qualidade.

Desta forma, a limitação de alunos por sala de aula é medida que resguarda o direito fundamental da educação, preservando a qualidade do ensino ao propiciar melhores condições para os alunos.

Com relação aos custos de implementação do projeto, estamos apresentando emenda aditiva onde fica determinado ao Poder Executivo a inclusão desses custos no Orçamento de 2007.

Da Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação, na forma da emenda aditiva em anexo.

Sala das Comissões, em 06.12.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 486/2005

Fica incluído parágrafo único ao artigo 2º do Projeto de Lei nº 486/2005, com a seguinte redação:

Parágrafo Único. Os custos decorrentes do cumprimento da presente lei serão incluídos no Orçamento do Estado do ano de 2007.

Sala das Comissões, em 06.12.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

Apoioamento:

Hermes Fonseca.

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 486/2005

P A R E C E R :

Relatório

O presente plano de lei é da lavra da nobre Deputada Luciana Rafagnin, que dispõe sobre o limite máximo de alunos por sala de aula no âmbito da Rede Estadual de Ensino e dá outras providências.

Fundamentação

Tal matéria já foi devidamente analisada pela douta Comissão de Constituição e Justiça que exarou parecer favorável.

Entendemos que, além da essência meritória do projeto em tela, o mesmo indubitavelmente trará benefícios, já que se subentende que existirá diminuição de custos ao sistema educativo de nosso Estado.

Conclusão

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, conforme preceitua o parágrafo 3º, do artigo 33 do Regimento Interno, verificou-se que o projeto em tela não encontrou nenhum impedimento quanto à sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Desta forma, o nosso parecer é favorável ao projeto de lei em análise.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.12.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

TADEU VENERI - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 3963, de autoria do Sr. Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 02 (duas) Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 02 (duas) Sessões do Projeto de Lei nº 486/2005.

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 525/2005, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, estabelecendo em dois anos o período de alienação de veículo para utilização como táxi adquirido com benefício tributário do Governo Estadual. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 088/2005, de 29.08.2005, em Projetos de Lei, pág. 21).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 525/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, vem estabelecer que os veículos adquiridos em categoria de aluguel, como táxi, com benefícios tributários do Governo do Estado, terão um período mínimo de prazo para alienação, de dois anos ou mais.

Legitimidade

Consoante nossa Constituição Federal, a competência para legislar sobre programas que for competência concorrente entre a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal, na forma do artigo 24:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

§ 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§ 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

§ 3º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

§ 4º A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

Mérito

Há todavia que se observarem, com relação à alienação por força de benefícios tributários, os convênios celebrados com o Confaz. Seguem em anexo as autorizações pelas Secretarias da Fazenda e Receita Federal, validando tal ato.

Conclusão

O projeto em tela apresentou-se em descompasso com a boa técnica legislativa, Lei Complementar nº 95/98, em virtude da não revogação expressa das disposições em contrário. Por esse motivo, apresenta-se a emenda em anexo, na forma dos artigos 136 e 137 do Regimento desta Casa, para suprir a inobservância apresentada.

Quanto à lei de responsabilidade fiscal, Lei Complementar nº 101/2000, apresentou-se em perfeita sintonia.

É diante da constitucionalidade do presente projeto aferida que opinamos pela aprovação dele, na forma da emenda apresentada em anexo.

Sala das Comissões, em 25.10.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DELEGADO BRADOCK - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUPRESSIVA E ADITIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 525/2005

Fica excluído o artigo 3º do Projeto de Lei nº 525/2005, em virtude do vício legislativo da não revogação expressa das disposições em contrário.

Acrescenta-se um artigo ao projeto de lei que trata das sucessões na alienação de veículos para utilização como táxi adquirido com benefício tributário do Governo Estadual, passando o seu texto a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Será de dois anos o período de alienação de veículo para utilização como táxi adquirido com benefício tributário do Governo Estadual.

Art 2º O período previsto no artigo anterior estende-se ao cônjuge, ao companheiro ou ao herdeiro.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 25.10.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DELEGADO BRADOCK - Relator

Apoioamento:

Hermes Fonseca.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 525/2005

P A R E C E R :

Histórico

O Projeto de Lei nº 525/2005, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, estabelece em dois anos o período de alienação de veículo para utilização com táxi adquirido com benefício tributário do Governo Estadual.

O projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Fundamentação

O projeto não apresenta óbice de natureza legal ou constitucional, tendo em vista que a sua execução não gera novos custos para o Estado, vez que não amplia o benefício fiscal já existente.

Da Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua tramitação.

Sala das Comissões, em 30.11.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

Requerimento nº 3960, de autoria do Sr. Deputado Delegado Bradock, constante do expediente, solicitando votação em bloco dos itens 11, 12, 13, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado:

Discussão Única (Proposições)

ITEM 11

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 058/2005, veto aposto ao Projeto de Lei nº 011/2005, de autoria do

Deputado Elio Rusch, que integra ao sistema rodoviário do Estado do Paraná, o trecho rodoviário do contorno sul, (anel viário), no município de Marechal Cândido Rondon. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 086/2005

Curitiba, 21 de junho de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 132/2005, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 011/2005, por julgá-lo contrário ao interesse público, em face de esclarecimentos prestados pela Secretaria de Estado dos Transportes de que, no Orçamento do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, inexistem recursos para atendimento das despesas com a pretendida estadualização de estrada e, a medida, caso acolhida, afrontaria a Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 011/2005 encontra-se publicado no DA nº 051/2005, de 31.05.2005, em Redação Final, pág. 34).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 58/2005

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 086/2005, de autoria do Deputado Elio Rusch, objeto de veto do Governador, integra ao sistema rodoviário do Estado do Paraná o trecho rodoviário do contorno sul, (anel viário), no município de Marechal Cândido Rodon.

Chamada esta Comissão de Justiça a se manifestar, e por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.09.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
HERMES FONSECA - Relator

ITEM 12

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 104/2005, veto apostado ao Projeto de Lei nº 200/2005, de autoria do Deputado Marcos Isfer, proibindo a exibição de filmes de terror, crimes, mortes e atos violentos, nos ônibus inter-

municipais e interestaduais no território paranaense. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 179/2005

Curitiba, 19 de outubro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 222/2005, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, de conformidade com o disposto no artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 200/2005, por inconstitucionalidade, tendo em vista que, versando sobre matéria de competência da União, fere o artigo 21, inciso XVI, da Magna Carta de Nação.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 200/2005 encontra-se publicado no DA nº 029/2005, de 31.05.2005, em Projeto de Lei, pág. 16).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 104/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O Projeto de Lei nº 314/2005, vetado pelo Governador, tem por objetivo proibir a exibição de filmes de terror, crimes, mortes e atos violentos, nos ônibus intermunicipais e interestaduais no território paranaense.

Fundamentação

Reza a Constituição Estadual:

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (Grifos nossos)

A Comissão de Constituição e Justiça, através de seu relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Desta forma, somos favoráveis ao encaminhamento da presente proposição de veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 29.11.2005.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício
BARBOSA NETO - Relator

ITEM 13

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 113/2005, veto aposto ao Projeto de Lei nº 302/2005, de autoria do Deputado Marcos Isfer, instituindo o Dia do Cliente no Calendário Oficial do Estado, a ser comemorado anualmente no dia 15 de setembro. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 207/2005

Curitiba, 09 de novembro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 305/2005, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, de acordo com o artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 302/2005, por julgá-lo contrário ao interesse público, porque não encerra qualquer sentido prático, visto que, na dinâmica da economia brasileira, em todos os dias do ano, o cliente merece e desfruta das maiores atenções.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 302/2005 encontra-se publicado no DA nº 045/2005, de 18.05.2005, em Projeto de Lei, pág. 10).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 113/2005

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 302/2005, de autoria do Deputado Marcos Isfer, objeto de veto do Exmo. Sr. Governador do Estado, institui o dia do cliente no calendário oficial do Estado, a ser comemorado anualmente no dia 15 de setembro.

Chamada esta Comissão de Justiça a se manifestar, e por ter sido o veto aposto dentro do prazo legal e regimental, encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.11.2005.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício

HERMES FONSECA - Relator

Solicito a chamada dos Srs. Parlamentares, pelo Deputado Carlos Simões.

(É feita a chamada nominal dos Srs. Deputados, para votação)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Chamada Nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Carlos Simões**)

Trinta e três Srs. Deputados responderam à chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Esta Presidência convoca os Srs. Deputados Elton Welter, Duílio Genari e Plauto Miró Guimarães, para procederem à contagem dos votos.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pela manutenção dos vetos, dezessete votos. Pela derrubada dos vetos, treze votos. Três votos em branco. Trinta e três votantes. **Estão mantidos os vetos referentes aos Projetos de Lei nºs 011/2005, 200/2005 e 302/2005.**

Antes de entrarmos no processo de votação dos requerimentos, acabamos de receber uma mensagem do Governador do Estado, para a qual peço a leitura pelo 1º Secretário.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Carlos Simões**)

(Lê mensagem sobre IPVA)

O SR. NELSON JUSTUS (PFL) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, quero apenas com sua permissão, anunciar a presença do Dr. Diego Malucelli, que veio de Almirante Tamandaré nos visitar, hoje. É uma honra para esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nossas boas-vindas. É uma satisfação recebê-lo.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 3937, de autoria da Sra. Deputada Elza Correia e do Sr. Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3939, 3940 e 3946, de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpellini, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3941 e 3965, de autoria do Sr. Deputado Delegado Bradock, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3942 a 3945, de autoria do Sr. Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3950, de autoria do Sr. Deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3951 e 3952, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3954, de autoria do Sr. Deputado Cesar Seleme, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3956, de autoria do Sr. Deputado Barbosa Neto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3964, de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3967, de autoria dos Srs. Deputados Elio Rusch, Durval Amaral, José Domingos Scarpellini e Barbosa Neto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3955, de autoria do Sr. Deputado Ratinho Júnior, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. FRANCISCO BÜHRER (Pela Ordem)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para logo após o término da presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 293/2005.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 459 e 745/
2005.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 021, 098, 106 e 118/2005.

Levanta-se a Sessão.

